



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 080

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE JULHO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Marcelo Rangel*
Bloco PSB/PL/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 080

73ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Telegramas 03

Indicações 03

Designações 05

Requerimentos 05

Projeto de Decreto Legislativo..... 13

Projetos de Lei 13

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 19

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 20

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli22

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli23

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente27

Discussão/Votação

Redação Final28

3ª Discussão28

2ª Discussão28

1ª Discussão29

Requerimentos31

Encerramento da Sessão36

Publicações:

Atas de Comissões

Orçamento36

Tomada de Contas.....36

CEI Investimentos em Publici-
dade e Propaganda37

DIÁRIO Nº 080

73ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

12 DE JULHO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Jocelito Canto.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dr. Batista, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo

Cheida, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost e Pedro Ivo (12).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 341/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informação, requerido pelo Deputado Luiz Accorsi, que pede esclarecimentos sobre o projeto de construção da hidrovia do rio Ivaí. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1316/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informação, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Barbosa Neto, Elio Rusch e José Domingos Scarpellini, que pedem esclarecimentos sobre a compra de ambulâncias procedidas pela administração pública estadual para cessão aos municípios paranaenses, desde o ano de 2003. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o Protocolo nº 9.531.875-4 do Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, Secretário de Estado de Obras Públicas, em resposta ao pedido de informação, requerido pelo Deputado Osmar Bertoldi, que pede esclarecimentos sobre as obras no litoral paranaense e sobre o plano de recuperação da orla marítima de Matinhos. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº SEPL/COP nº 173/07 do Sr. Enio José Verri, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando o Demonstrativo das Alterações da Despesa, decorrentes do artigo 3º e ocorridas no 2º trimestre de 2007. **Ao conhecimento Casa.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 12 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou desfilado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, sendo que não estou filiado em nenhum partido político.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

(a) GERALDO CARTÁRIO

OFÍCIO S/N

Curitiba, 12 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente das Sessões Plenárias desta Casa de Leis do dia 02 a 05 de julho, por estar em repouso por determinação médica.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Telegramas

O Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Prefeitura Municipal de Curitiba, conforma segue abaixo:

- Nº 000040/MS/SE/FNS - valor de R\$ 335.354,81 - pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.

- Nº 000064/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.769.681,43 - pagamento de terapia renal substitutiva. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 218/07

SÚMULA:

Indica à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a criação de cargos para atender a creche da Universidade Estadual de Maringá.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado à Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Exma. Sra. Lygia Lumina Pupatto, sugerindo à mesma a criação de 39 (trinta e nove) vagas de nível superior, a fim de viabilizar o atendimento às crianças da creche da Universidade Estadual de Maringá.

Os cargos de Técnico em Educação Infantil e Educador Infantil estão em extinção, na forma do disposto na Lei nº 15050/06. Vagando os cargos acima citados, não mais serão preenchidos por concurso público.

Para solucionar a lacuna criada com a edição da Lei nº 15050/06 que previu a extinção dos cargos de Educador Infantil, mas não disciplinou o atendimento às crianças da creche da Universidade Estadual de Maringá, é imprescindível a criação de 39 vagas na Classe I (Lei nº 15050/06) em atendimento às necessidades da mencionada creche.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 221/07

SÚMULA:

Propõe instalação da Companhia Independente da Polícia Militar do Paraná na cidade de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel QOPM Nemésio Xavier de França Filho, solicitar:

- implantação da Companhia Independente da Polícia Militar do Paraná na cidade de Irati.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A Segunda Cia. da Polícia Militar, que hoje atua na cidade de Irati, atende toda a região da AMCESPAR - que compreende os municípios de Irati, Prudentópolis, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Fernandes Pinheiro, Teixeira Soares, Imbituva e Guamiranga, tendo para estes municípios a destinação de uma viatura, sendo que para Irati, por ser sede da Companhia, possui duas viaturas, mais a patrulha escolar.

O contingente atual é de 142 soldados para atendimento de uma população de 202 mil e 331, distribuídos em 10 municípios.

Com a instalação da Companhia Independente, os municípios estarão dotados de novas estruturas que hoje não estão estabelecidas para atendimentos às populações quer sejam: ROTAN e Polícia de Trânsito, com destinação de motos e viaturas.

Para finalizar, destacamos que o efetivo hoje lotado na cidade de Irati - e menciono apenas este município - é o mesmo de 20 anos atrás, ou seja, quanto Irati possuía, com certeza, uma população que correspondia em torno de 60% da existente nos dias de hoje. Ainda, os policiais que prestam os serviços nesta cidade atendem seguidamente a eventos com frequência de público considerável, pois Irati é um dos municípios que possui equipe de profissionais de futebol disputando o campeonato paranaense, e seguidamente tem de se valer dos serviços de policiais de outros municípios para suprir a demanda.

INDICAÇÃO Nº 222/07

SÚMULA:

Sugere ao Governo do Estado do Paraná a implantar um Programa Estadual de Fruticultura.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sugere ao Chefe do Poder Executivo Estadual a elaborar

estudos, normatizar e implementar um Programa Estadual de Fruticultura, com incentivo oficial, investimento em assistência técnica, defesa sanitária e novas tecnologias, para a cadeia de frutas no estado do Paraná.

O objetivo do programa deverá ser a implantação de ações coordenadas de instituições públicas e privadas, objetivando o desenvolvimento de uma fruticultura moderna, sustentável e competitiva.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem um solo e condições climáticas para a produção de diversas frutas, no entanto a produção ainda é muito inferior às suas potencialidades. O incentivo do setor de fruticultura, através de um programa específico, com implantação de padrões de qualidade, será um instrumento estratégico no processo de desenvolvimento econômico e social do estado.

Além de ser uma alternativa econômica para o produtor, com geração de emprego e formação de renda, a fruticultura contribui para a busca de sustentabilidade ambiental, e a ampliação deste mercado também resultará em aumento de arrecadação ao próprio estado.

A utilização de mudas frutíferas de baixa qualidade, e também a ocorrência em alguns casos de super produção de determinadas frutas e a concorrência danosa, exigem uma coordenação de investimentos nesta cadeia produtiva, a ser realizado pelo estado, com a implantação de novos pólos frutícolas e a qualificação dos já existentes.

Para tanto, sugere-se a promoção de parceria entre o Governo do Estado, através de sua Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e a EMATER, com os municípios paranaenses, associações de fruticultores e viveiristas, cooperativas, agroindústrias, comerciantes, universidades, entidades de pesquisas, órgãos governamentais federais, instituições financeiras, entre outros.

INDICAÇÃO Nº 223/07

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Saúde o planejamento de atendimento de alta complexidade na área de abrangência da 15ª Regional de Saúde.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo ao mesmo que determine acolhimento às sugestões da Diretoria Médica e da Chefia da Divisão de Pronto Atendimento do Hospital Universitário Regional de Maringá, conforme seguem transcritas:

1) que seja feito treinamento para que, no mínimo, um médico de cada município dê o primeiro atendimento a pacientes de alta complexidade, proporcionando recursos técnicos adequados para melhor atender esses pacientes ou encaminhá-los ao HU de Maringá em

melhores condições de continuidade do atendimento. A Diretoria Médica do HU de Maringá já fez contato com o Dr. Gilberto Martins da Secretaria de Estado da Saúde;

2) seja efetivado o aparelhamento dos postos de atendimento nos diversos municípios da 15ª Regional de Saúde, haja vista que muitos pacientes são enviados ao HU de Maringá para confirmar diagnóstico por falta de aparelho de Raio X ou de laboratórios. Dessa forma é essencial a microrregionalização, para que os municípios de porte médio possam auxiliar os municípios de menor porte, evitando que todos os pacientes sejam encaminhados para atendimento no HU de Maringá.

As providências sugeridas evitarão o acúmulo de pacientes no pronto-socorro do Hu de Maringá e maior efetividade nos atendimentos.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Reni Pereira, para representar esta Casa de Leis na 35ª Missão Econômica do Paraná ao Japão, a ser realizada no período compreendido entre os dias 25 de outubro e 07 de novembro de 2007, na cidade de Tóquio e Takarazuka.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva, designa Sr. Deputado Stephanes Júnior para representar esta Casa de Leis, no dia 17 de julho do corrente ano, em viagem para Brasília, em reunião com o Ministro da Agricultura e Vice-Prefeito de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Durval Amaral, para representarem esta Casa de Leis na composição da comitiva do Sr. Governador em viagem à cidade de Nova Iorque, ao evento alusivo aos 10 anos de listagem das ações da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, na Bolsa de

Valores de Nova Iorque, a ser realizada no período compreendido entre os dias 26 de julho e 01 de agosto de 2007.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2079

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 11 do mês corrente, por motivo de saúde.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2091

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja transformada a Sessão Plenária de segunda-feira, dia 16 de julho, em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Resolução nº 018/07.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, AUGUSTINHO ZUCCHI, LUIZ ACCORSI, LUIZ MALUCELLI, FRANCISCO BÜHRER, EDGAR BUENO, WALDYR PUGLIESI, DOBRANDINO DA SILVA, PLAUTO MIRÓ, ELIO RUSCH, EDSON STRAPASSON, PASTOR EDSON PRACZYK, MAMEDE, RENI PEREIRA, CHICO NOROESTE, ANTONIO ANIBELLI, MARCELO RANGEL, TERUO KATO, STEPHANES JÚNIOR, ALEXANDRE CURI e 01 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 2089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja transformada a Sessão Plenária de segunda-feira, dia 16 de julho, em Comissão Geral de Plenário, para apreciação dos Projetos de Lei nºs 243/07, 244/07, 455/07, 467/07, 478/07, 479/07, 494/07, 460/07.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Jocelito Canto, Luiz Malucelli, Tadeu Veneri, Beti Pavin, Alexandre Curi, Francisco Bühler, Professor Luizão, Waldyr Pugliesi, Péricles de Mello, Artagão Júnior, Elton Welter, Teruo Kato, Luiz Accorsi, Mamede, Dobrandino da Silva, Nereu Moura e 02 ilegíveis.

REQUERIMENTO Nº 2090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 263/07, item 05 da Ordem do Dia desta data, por 1 (uma) Sessão.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2060

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 179 e 310/07, que dispõem sobre alteração nas Leis Complementares nº 083 e 110, que tratam da Região Metropolitana de Maringá.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2064

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário e com base no artigo 29, inciso IV, a anexação do Projeto de Lei nº 192/04 de autoria do Deputado Mauro Moraes e Projeto de Lei nº 234/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Reni Pereira, que proíbem a cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefone do estado do Paraná; por tratarem da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 2063

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 446/07, de minha autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos jornais editados no estado do Paraná a publicarem advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, por já ser objeto da Lei nº 14986/06.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) DOUGLAS FRABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 2070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 192/04, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefone do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 2074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam fornecidas as cópias da prestação de contas do Governo do Estado dos anos 1998 a 2002, enviada pelo Tribunal de Contas do Estado, bem como de todas as análises feitas pelo Legislativo e da ata da Sessão Plenária que declarou aprovadas as referidas contas.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja promovido certame licitatório, conforme determinação legal demonstrada na fundamentação abaixo, para contratação de instituição financeira para a realização da movimentação financeira desta Casa de Leis, prevendo-se o pagamento de importância pela vencedora, valores estes que poderão ser utilizados para pagamento das diferenças da URV aos servidores desta Casa de Leis.

Fundamentação:

... tanto a movimentação bancária e a aplicação financeira das disponibilidades não de se efetivar em agências locais de instituições financeiras oficiais. Em não existindo essas no município, entenderíamos que é de se lhe facultar, mediante autorização específica em norma municipal, dentro de sua competência concorrente, proceder à movimentação bancária com instituições financeiras privadas, bem como ali efetuar aplicações financeiras, desde que unicamente com base em títulos e papéis com lastro oficial.. (artigo 76, inciso XIX, c/c artigo 161, inciso XI, ambos da Constituição Estadual) (grifamos)

A exigência de que as disponibilidades de caixa da administração pública sejam depositadas e movimentadas em instituições financeiras oficiais tem sede constitucional, a teor das disposições do parágrafo 3º do artigo 164 da vigente Constituição da República *verbis*:

Art. 164 omissis

(...)

§ 3º As disponibilidades de caixa da união serão depositadas no Banco Central; as dos estados, do distrito federal, dos municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Essa obrigatoriedade atinge tanto a movimentação bancária em conta-corrente como as aplicações financeiras da administração pública, porque o constituinte deu sentido amplo à expressão “disponibilidades de caixa” contida nas regras constitucionais acima transcritas. Ou seja, a citada expressão abarca todo o dinheiro à disposição da administração pública para a consecução de seus objetivos.

No que tange à necessidade de procedimentos licitatório para a efetivação dos procedimentos, temos a lição de Nelson Nery Júnior:

Analizando o problema da classificação do banco como empresa e de sua atividade negocial, tem-se que é considerado pelo artigo 3º, caput, do CDC, como fornecedor, vale dizer, como um dos sujeitos da relação de consumo. O produto da atividade negocial do banco é o crédito; agem os bancos, ainda, na qualidade de prestadores de serviço (in: Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado - 5ª ed., p. 372).

Realmente, no moderno sistema da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - CDC, a atividade bancária está claramente delineada, senão vejamos. O parágrafo 1º de seu artigo 3º define produto como *qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial*. Já os serviços estão definidos no parágrafo 2º do mesmo artigo 3º, como sendo *qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista*. (Grifei).

Daí o porquê de a abertura de conta-corrente numa instituição financeira constituir-se, em verdade, na celebração de um contrato, porquanto, dependendo do caso, poder-se-á contratar a aquisição de um produto, ou a prestação de serviços ou, ainda, ambas as coisas, isto é, produto e os serviços. O produto, como visto acima, é o crédito - bem imaterial - objeto do negócio comercial do banco. Já os serviços bancários constituem lista extensa, dentre os quais, cita-se, como exemplo, a manutenção de conta-corrente, a emissão do extratos por computador ou via *fac-simile*, o aluguel de cofre, o fornecimento de talão de cheque, etc.

E, praticamente, com o fim da ciranda financeira, ocorrida com a implantação do Plano Real, as taxas sobre o crédito se elevaram e os serviços bancários passaram a ser regamente cobrados de seus usuários - os correntistas. À guisa de exemplo, atualmente, em alguns bancos, até a compensação de cheques de determinado valor é cobrada do correntista.

Nesse passo, tratando-se a espécie de contratação, há de se lembrar que vige, no regime jurídico da administração pública pátria, a obrigatoriedade da licitação, regulamentada pela Lei nº 8666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 8883/94 e 9648/98, e definida na norma fundamental contida no inciso XXI do artigo 37 da vigente Constituição da República, que assim prescreve *verbis*:

Art. 37 omissis

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta,

nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Registre-se, também, por oportuna, a conclusão de Diógenes Gasparini, in: Boletim de Direito Municipal, SP, MDJ, set. de 1989, p. (407):

Sempre que o bem desejado pela administração puder ser oferecido por mais de uma pessoa, a licitação torna-se obrigatória.

Nessa ordem de idéias, é forçoso concluir que a abertura de conta corrente em instituição bancária é objeto perfeitamente licitável. Primeiro, porque, no mercado financeiro brasileiro, como é notório, existem várias instituições financeiras aptas a ofertar o mesmo produto e serviços bancários à administração pública, em níveis elevados de segurança e qualidade. Segundo, porquanto será o instrumento mais eficaz de escolha daquela instituição bancária de melhor solidez econômica e financeira, e que, por conseguinte, dará maior segurança à administração pública, como também aquela que oferecerá melhores serviços, mediante o pagamento de menores tarifas, nos termos fixados no edital de convocação.

Ressalve-se, entretanto, que, em se tratando de instituição financeira oficial, ou seja, aquela integrante da administração pública, a licitação é dispensável, atendidos os requisitos expressos no inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8666/93, com a nova redação dada pela Lei nº 8883/94, que assim dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgãos ou entidades que integre a administração pública e que tenha sido criado para este fim específico em data anterior à vigência desta lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Os doutos, como, por exemplo, Marçal Justen Filho, entendem que esse dispositivo é inconstitucional, por ofender tanto o princípio da moralidade como o da isonomia, ao criar um privilégio de contratação direta com pessoa jurídica de direito público interno, sem a prévia licitação, para os órgãos ou entidades da administração pública. Todavia, em que pese o entendimento doutrinário, da mais alta respeitabilidade, o dispositivo está em pleno vigor.

Na prática, como é sabido, nenhuma licitação pode ser desencadeada sem que a administração pública, previamente, estime os custos da contratação. Isso ocorre para a adequação do valor a ser contratado nos termos orçamentários, bem como para determinar-se a modalidade de licitação. Nesse procedimento, qual seja, o de estimar o custo total a ser contratado, por um período mínimo de 12 meses, pode ocorrer que a administração fique dispensada de licitar, caso o valor estimado seja inferior ao limite mínimo legal para a licitação, observada a respectiva espécie de contratação: obra, serviço ou compra.

Vale lembrar, no entanto, que os casos de contratação direta, e aqueles oriundos de hipótese legal de dispensa de licitação, devem ser devidamente motivados pela Comissão Permanente de Licitação e ratificados pela autoridade competente, assim como devem ser obedecidas as demais formalidades estabelecidas nos artigos 7º, 14 ou 17, conforme o caso, e 26 da Lei nº 8666/93, com as alterações posteriores.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr. Airton Pereira Costa, apresentador de Televisão do Programa Airton Costa - Jornalismo com credibilidade, da Rede Record de Comunicação.

Airton tinha 44 anos, e, foi internado com pneumonia, precisando retirar parte do pulmão, porém não foi possível em razão de problemas cardíacos e sua imunidade era muito baixa.

Deixa viúva Neura Aparecida Panas e 3 filhos. Seu corpo será sepultado em Apucarana.

À família enlutada as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr. Mauri Soares, falecido em Maringá, com 57 anos de idade, no último dia 06 de julho de 2007, vítima de um derrame cerebral.

Mauri era farmacêutico há 35 anos, deixando viúva a Sra. Ivonilde Bulla Soares, 3 filhos e 3 netos.

À família enlutada as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2065

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Mariano dos Santos, aos 71 anos de idade, ocorrido em 21 de junho do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2066

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Ferreira do Prado, aos 67 anos de idade, ocorrido em 29 de junho do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2067

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eroni Juhl, aos 66 anos de idade, ocorrido em 02 de julho do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2068

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Áurea dos Santos Pinto, aos 66 anos de idade, ocorrido em 02 de julho do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Dr. Maurício Gomm Ferreira dos Santos, reconhecidamente uma das maiores autoridades latino-americanas no campo de arbitragem comercial internacional.

Durante as contribuições do Dr. Gomm Santos em prol do desenvolvimento do Instituto de Arbitragem, destaca-se: pareceres do Governo brasileiro para aprovação da matéria do Código Civil, ratificação, pelo Brasil, de convenções internacionais e pareceres ao Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.

O professor Gomm Santos foi o único advogado latino-americano a ser contratado pela Universidade de Miami para desenvolver projeto de criação do Instituto Acadêmico de Arbitragem voltado para a América Latina, que já foi instalado.

Requer, também, que a decisão do presente seja comunicada ao Dr. Maurício Gomm Ferreira dos Santos.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

REQUERIMENTO N° 2053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Irati, pelo transcurso, no próximo dia 15 de julho, de seu centenário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Sérgio Luiz Stoklos, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Irati.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

As terras que compreendem a região de Irati, em passado distante, além de mil anos, pertenciam aos índios. Esses índios, mestres em cerâmica e em lapidar pedra, eram os Caingangues, ramo dos Tupis. As primeiras famílias que habitaram Irati, depois Irati-Velho e hoje Vila São João, teriam vindo de Palmeira, Imbituva, Lapa, Itaicoca, Assungui (hoje Cerro Azul) e Curitiba desde 1860. Francisco de Paula Pires, grande líder de Covalzinho, depois Irati, fixou residência neste município antes de 1890.

Em 2007 Irati completa 100 anos. Este marco deve representar não apenas uma comemoração restrita ao calendário ou a um momento festivo que o calendário alude, mas exercer papel conscientizador de que o futuro se espelha sempre na história, e que os avanços são resultados da experiência de nossos antepassados.

Irati, sempre nos trilhos do desenvolvimento e do respeito mútuo, um município com o necessário olhar humano e experiente de um centenário, mas com fôlego e inspiração de jovem.

Compartilhando com a alegria de toda a população de Irati, que no próximo dia 15 de julho de 2007 estará comemorando 100 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso, na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 100 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos, através desta proposição, toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento desse município.

REQUERIMENTO N° 2054

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Teixeira Soares, pelo transcurso, no próximo dia 14 de julho, de seus 90 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. João Inácio Ross, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Teixeira Soares que no próximo dia 14 de julho de 2007 estará comemorando 90 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso, na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 90 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento desse município.

REQUERIMENTO N° 2055

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rio Azul, pelo transcurso, no próximo dia 14 de julho, de seus 89 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Alexandre Burko, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Rio Azul que no próximo dia 14 de julho de 2007 estará comemorando 89 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso, na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 89 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento desse município.

REQUERIMENTO N° 2078

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a prosteridade, votos de congratulações e aplausos para os alunos, professores e à direção do Colégio Sepam de Ponta Grossa, pela vitória na etapa brasileira da Olimpíada Estudantil pela Sustentabilidade, realizada em Brasília/DF, promovida pela organização internacional SAGE.

Tradicional Instituição de Ponta Grossa, o colégio representará a delegação brasileira na próxima fase da competição Sage World Cup, que se realizará do dia 1° a 5 de agosto de 2007, em Odessa, na Ucrânia.

O SAGE (Students for the Advancement of Global Entrepreneurship - Estudantes para o Desenvolvimento do Empreendedorismo Global) é uma organização internacional que tem como objetivo contribuir para a transformação social e elevação do capital social e humano de comunidades menos favorecidas.

O Colégio Sepam foi a instituição que melhor integrou os critérios na área do empreendedorismo, avaliados pela comissão julgadora.

Desejamos sucesso à delegação brasileira que participa da competição na Ucrânia, composta pelo Coordenador de Projetos do Colégio Sepam, Nelson Canabarro e pelos alunos Thaís Bisetto, do Grupo da Cidadania Sepam; Yasmin El-Sayed, do Projeto Menarca de Promoção à Saúde da Menina; Francielle Mendes Milleo, do Programa Júnior Achievement; e Renan Schenfelder, do Projeto Step by Step - Inglês para Todos.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja comunicada à direção do Colégio Sepam, em nome do Diretor Osni Mongruel Junior.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO N° 2058

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

respeitosamente, REQUER envio de votos de louvor ao Presidente da Escola de Samba Unidos de Arapongas, Reginaldo Porfírio, em reconhecimento ao trabalho que vem desenvolvendo frente a escola de samba.

Nesses termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente, ao homenageado, no endereço: R. Chirito Branco, 120 - Jardim Columbia I, CEP 86707-450, Arapongas/PR.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em homenagear o Sr. Reginaldo Porfírio, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo junto a Escola de Samba Unidos de Arapongas.

A escola foi criada em abril de 2003 e conta hoje com aproximadamente 600 integrantes e com seu colorido levou, no último carnaval, 15 a 20 mil pessoas por noite para assistir seu espetáculo.

Não podemos deixar de parabenizar o trabalho social desenvolvido, o que tem ajudado muito à comunidade do município.

REQUERIMENTO N° 2059

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Associação Menonita Beneficente - AMB, com sede na Colônia Witmarsum, no município de Palmeira/PR.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Melhorias na qualidade de vida da classe baixa tem sido uma realidade em suas atividades.

Como entidade filantrópica de assistência social, trabalhamos com o nível mais carente de pessoas do nosso Brasil, auxiliando inclusive com verbas e auxílios governamentais.

A AMB, em sua estrutura, atendeu no ano de 2006 mais de 85 mil pessoas nas suas mais diversas necessidades, oferecendo-lhes alguma melhora de vida.

Esta atividade se ramificou entre parcerias no setor de saúde, setor agrícola, na vida social, na literatura e programas de Natal e Páscoa.

Dentre os novos desafios destacamos os seguintes projetos:

- criação de cooperativas que visem a auto-suficiência às pessoas mais necessitadas e atendimento às famílias carentes;

- criação de uma fábrica de tijolos modulares, ecologicamente correta;

- confecção de bolas costuradas, que inclusive deixaram suas marcas na Alemanha, promovendo um bonito espetáculo na Copa de 2006.

A AMB é Entidade Filantrópica nº 44006.002015/96-71, Utilidade Pública Municipal nº 1288, Utilidade Pública Estadual nº 9417, Utilidade Pública Federal nº 18.632/93-41, CNPJ nº 81.078.297/0001-00, e Inscrição Estadual nº 90149993-42.

REQUERIMENTO Nº 2061

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Chef Vergé Croissanterie, pela passagem dos 20 anos de atuação no mercado paranaense, na pessoa do Sr. Mário Yared.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A primeira loja no estilo fast-food da Chef Vergé foi inaugurada em março de 1987, de uma forma inovadora e pioneira, através do empresário Mário Yared, portanto há 20 anos liderando e servindo qualidade aos clientes paranaenses e turistas que visitam nosso estado.

Desde então o Chef Vergé desenvolve um conceito de sanduicheria do tipo croissanterie, diferenciado e que nenhuma empresa, hoje, trabalha com um conceito igual ou equivalente, que reúne uma combinação única de características, incluindo um produto chamativo, um técnica de produção dominada e uma rede de distribuição com vasto potencial de crescimento. Os sanduíches de croissant recheados podem ser consumidos junto com sucos naturais, água, refrigerantes ou ainda, chopp/cerveja, seguidos de vários tipos de sorvetes e sobremesas. Os croissants recheados, sucos, são de fabricação própria e são comercializados exclusivamente nos pontos de venda da rede.

O produto é consumido por um público eclético, composto de cerca de 70% por mulheres, atraindo notadamente jovens e crianças, assim como uma gama de profissionais liberais, que criaram o hábito de almoçar ou lanchar nos estabelecimentos Chef Vergé.

REQUERIMENTO Nº 2062

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Estação Business School - IBMEC, na pessoa de seu Presidente e escritor Judas Tadeu Grassi Mendes.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Estação Business School é uma instituição de ensino com foco na área de negócios. Apesar de recém-criada, conta com a experiência acadêmica e administrativa de pessoas ligadas diretamente à educação há 30 anos. A excelência no ensino-aprendizagem e a diferenciação

em todos os aspectos (local, infra-estrutura, professores com duplo perfil profissional, relacionamento humano e principalmente um diploma reconhecido nacionalmente), farão da Estação Business School, em curto espaço de tempo, uma instituição de referência regional.

Assim, a Estação Business School, pela competência e seriedade de seus gestores, já nasceu merecendo a confiança de uma das melhores escolas de negócios do Brasil, o IBMEC, que expedirá os certificados dos cursos ofertados.

A parceria Estação - IBMEC contempla neste primeiro momento a oferta de 3 cursos de MBA (em Gestão de Negócios, em Finanças em Marketing e um curso de CBA - Certificate in Business Administration. Ambos, MBA e CBA, são pós-graduação *lato sensu*.

Seu Diretor Presidente, Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, é: Ph.D. em Economia pela Ohio State University (EUA, 1980), Pós-Doutor pela mesma universidade; professor visitante nos EUA, Japão e Alemanha; Foi: Pró-Reitor Acadêmico; professor titular da UFPR (1975-95); Diretor-Presidente do IPARDES (1983-84) e; Diretor-Superintendente da FUNDEPAR (1988-89). Tem artigos técnicos científicos publicados no Brasil e no exterior; participou de eventos em mais de 30 países; autor de 5 livros de Economia; recebeu dezenas de prêmios profissionais, Prêmio Internacional Alumni Award, (EUA 1995) como destaque profissional; e é palestrante.

REQUERIMENTO Nº 2069

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e dentro de sua obrigação constitucional, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Exma. Sra. Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Deputado Arlindo Chinaglia e ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS da Câmara dos Deputados, Deputado Nilson Pinto, para que a competência para a criação das Unidades de Conservação (SNUC) continue com o Poder Executivo e não seja uma atribuição legislativa.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende a importância e a agilidade necessária para a criação das unidades de conservação e de sua natureza do poder administrativo, governamental e não de sua natureza legislativa, como querem alguns Deputados, interessados no engessamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 2076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o duto plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria de

Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a instalação de Colônia Penal Agrícola ou Colônia Industrial Agrícola na cidade de Cascavel.

Trata-se de reivindicação da comunidade objetivando capacitar os presos com bom comportamento em regime semi-aberto, de acordo com a Lei de Execução Penal, visando a reinserção deles na sociedade, segundo justifica o advogado Lauri da Silva, Vice-Presidente da OAB - Subseção de Cascavel.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 2071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações, tendo em vista que a imprensa veiculou recentemente uma lista de servidores públicos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que possuem laços de parentesco com os Conselheiros e Diretores do citado Tribunal.

Questionamos:

a) relação de todas as pessoas que possuem vínculo de parentesco com Conselheiros ou Diretores do Tribunal de Contas;

b) informar em que data ingressam no TCE, juntando cópia do edital de concurso, banca examinadora, homologação de resultado;

c) informar o cargo no qual se deu sua aprovação e o cargo atualmente ocupado;

d) no caso de ter ocorrido ascensão funcional, juntar cópia do processo que deferiu a citada ascensão bem como os pareceres jurídicos que a instruíram;

e) informar o salário do cargo no qual foram aprovados e a remuneração completa hoje auferida;

f) informar se, em face da denúncia e da investigação do MP, o TCE tomou alguma providência no sentido de instaurar sindicância interna ou determinar algum procedimento de regularização da situação. Anexar cópia.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando os seguintes documentos e informações, tendo em vista que em audiência realizada recentemente na Assembleia Legislativa, o mesmo afirmou que entre os anos de 2000 a 2002, o estado do Paraná deixou de repassar à ParanaPrevidência as contribuições devidas, tanto pelo Poder Executivo, como pelo Legislativo e pelo Judiciário. Afirmou ainda que tal dívida foi objeto de negociação no

ano de 2002, onde o estado do Paraná comprometeu-se a efetuar o pagamento dos valores em 27 (vinte e sete) anos, a contar de 2007. Assim, questiona-se:

- Os valores relativos à contribuição devida pelo Legislativo são repassados pelo próprio Poder Legislativo diretamente, ou são passadas pelo Poder Executivo e apenas descontadas dos percentuais de repasse devidos ao Legislativo?

- Nas prestações de contas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário referentes aos anos de 2000 a 2002, constam como pagas tais contribuições?

- Ambos os Poderes também firmaram negociação com a ParanaPrevidência?

- Quem administrava a ParanaPrevidência nesse período 2000/2002? Por que motivo deixou de acionar o estado para pagamento de suas contribuições?

- Os valores que deixaram de ser arrecadados, possuíam que destinação no orçamento da Parana-Previdência? Houve prejuízo a implantação de alguma melhoria aos servidores do estado, pelo não pagamento?

- A negociação firmada foi aprovada por que órgãos?

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações, tendo em vista que em audiência realizada recentemente na Assembleia Legislativa, o Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua afirmou que entre os anos de 2000 a 2002, o estado do Paraná deixou de repassar à ParanaPrevidência as contribuições devidas, tanto pelo Poder Executivo, como pelos Legislativo e Judiciário. Afirmou ainda que tal dívida foi objeto de negociação no ano de 2002, onde o estado do Paraná comprometeu-se a efetuar o pagamento dos valores em 27 (vinte e sete) anos, a contar de 2007. Assim, questiona-se:

- Os valores relativos à contribuição devida pelo Legislativo são repassados pelo próprio Poder Legislativo diretamente, ou são passadas pelo Poder Executivo e apenas descontadas dos percentuais de repasse devidos ao Legislativo?

- Nas prestações de contas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário referentes aos anos de 2000 a 2002, constam como pagas tais contribuições?

- Ambos os Poderes também firmaram negociação com a ParanaPrevidência?

- Quem administrava a ParanaPrevidência nesse período 2000/2002? Por que motivo deixou de acionar o estado para pagamento de suas contribuições?

- Os valores que deixaram de ser arrecadados, possuíam que destinação no orçamento da Parana-Previ-

dência? Houve prejuízo a implantação de alguma melhoria aos servidores do estado, pelo não pagamento?

- A negociação firmada foi aprovada por que órgãos?

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projeto de Decreto Legislativo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná a efetuar, no prazo de 90 dias, o pagamento das diferenças salariais relativas às URVs dos Planos Bresser e Verão.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O presente decreto legislativo tem por objetivo sanar uma injustiça que vem sendo cometida com os servidores desta Casa de Leis, que têm o direito de receber os valores relativos às perdas salariais promovidas pelos Planos Econômicos do Governo Federal Bresser e Verão.

Importante salientar que outros órgãos e Poderes dos Estados do Paraná já reconheceram tal direito e efetuaram o pagamento aos seus servidores. Como exemplo de tal afirmativa, citamos o Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público Estadual e o próprio Tribunal de Contas do Estado, que é vinculado à esta Casa de Leis.

Face ao exposto, nada mais justo que o direito dos servidores desta Casa seja reconhecido e sejam indenizados pelas perdas sofridas, e para tanto, contamos com o apoio dos Srs. Deputados.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 504/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Carlos Alberto Richa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

Apoioamento:

Luiz Accorsi, Reni Pereira, Cida Borghetti, Ribas Carli Filho, Duílio Genari, Ademar Traiano, Luiz Nishimori, Valdir Rossoni, Francisco Bühner, Plauto Miró, Elio Rusch, Antonio Anibelli, Durval Amaral e Edgar Bueno.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem o objetivo de homenagear um jovem que já demonstrou grande capacidade de trabalho em proveito da sociedade paranaense.

Beto Richa, filho do ex-Governador José Richa e de Arlete Vilela Richa, nasceu em Londrina, no dia 29 de julho de 1965. Passou a infância na sua cidade natal, onde cursou o ensino fundamental na Escola Estadual Hugo Simas. Mais tarde, já adolescente, mudou-se para Curitiba, onde frequentou o ensino médio no Colégio Bom Jesus.

Na mesma cidade que ele agora administra, como Prefeito, Beto Richa formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Paraná.

Casou-se com a Sra. Fernanda Bernardi Vieira Richa, com que tem os filhos Marcelo, André e Rodrigo.

Movido pelos valores éticos e ideais humanos recebidos de sua família, inspirado pela impecável e reconhecida trajetória política do pai, Beto Richa decidiu ingressar na vida pública, aos 29 anos. Foi eleito Deputado Estadual em 1995, com 22 mil votos. Em 1998, foi reeleito para o mesmo cargo, com quase 45 mil votos.

Em 2000, Beto Richa tornou-se Vice-Prefeito de Curitiba e, um ano mais tarde, assumiu a Secretaria de Obras Públicas do município.

Hoje, Prefeito de Curitiba, Beto Richa realiza um eficiente trabalho, objetivando tornar a nossa capital a cidade mais desenvolvida, mais justa e mais humana do Brasil.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação de proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 505/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bela Vista da Caroba, sede e foro no município de Bela Vista da Caroba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bela Vista da Caroba, constituída em 29 de outubro de 2005, sediada no município de Bela Vista da Caroba, que é a mantenedora da Escola de Educação Especial Sonho Encantado, já possui título de utilidade pública municipal.

A entidade presta relevante serviço à sociedade paranaense, promovendo educação e apoio aos portadores de necessidades especiais no município de Bela Vista da Caroba.

Pela importância do serviço prestado por esta associação à nossa sociedade é que esta Deputada propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 506/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído na malha rodoviária estadual, o trecho de estrada municipal que liga a rodovia PRT-280, Ponte do Santana, no município de Renascença ao município de Bom Sucesso do Sul, numa extensão de 20 (vinte) quilômetros.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O trecho da estrada municipal acima mencionado, que liga o município de Renascença ao município de Bom Sucesso do Sul, numa extensão de 20 quilômetros, é calçado com pedras irregulares e está apresentando inúmeras irregularidades no calçamento.

A mencionada estrada é de grande importância para os 2 municípios, pois além de fazer a ligação entre as sedes, passa pelo Santuário de Nossa Sra. da Salete, em Rio Elias, localizado na divisa dos municípios mencionados.

A comunidade de Rio Elias é um importante centro turístico regilioso para toda a região sudoeste do estado do Paraná e oeste de Santa Catarina, recebendo ainda romeiros de vários estado da federação e até de países vizinhos, como Argentina, Uruguai e Paraguai, quando da realização da romaria de Nossa Sra. da Salete, que acontece no 3º domingo do mês de setembro, reunindo aproximadamente 30 mil pessoas.

A Lei nº 12960/00, aprovada por esta Casa, já autorizou o Governo do Estado a instituir o município de Renascença como pólo turístico religioso - Santuário Nossa Senhora da Salete, a fim de incluir o evento no calendário oficial de eventos turísticos.

Por outro lado, a região é grande produtora de soja, milho, leite, frango e trigo, possuindo excelentes áreas de terras e a estadualização dessa estrada facilitará em muito o escoamento da produção, além de propiciar facilidade de acesso entre Renascença e outros municípios, como Itapejara d'Oeste, Coronel Vivida, Chopinzinho, São João, São Jorge d'Oeste, encurtando distâncias.

Trata-se ainda de antiga reivindicação de moradores e autoridades constituídas dos municípios interessados, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 507/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a doação ao município de Janiópolis dos seguintes imóveis:

Lote de terras nº 01 da quadra nº 37, do Loteamento Jardim Pinhalzinho, com área de 450m2, matriculado sob nº 7514, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Lote de terras nº 02 da quadra nº 37, do Loteamento Jardim Pinhalzinho, com área de 450m2, matriculado sob o nº 3691, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º As áreas em questão serão utilizadas para a instalação do Centro de Convivência do Idoso.

Art. 3º Casa haja desvio de finalidade no uso dos imóveis citados no artigo 1º, os mesmos serão revertidos ao patrimônio estadual.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a proceder a doação ao município de Janiópolis, dos Lotes de terras nº 01 e 02 da quadra nº 37, com área de 450m2, matriculados sob os nºs 7514 e 3691, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

O imóvel em questão, após a doação, será destinado à construção do Centro de Convivência do Idoso, visto que tal construção acarretará inúmeras benesses a essa municipalidade, e toda a região, proporcionando aos munícipes, melhores condições de vida.

Pelos motivos já expostos, é que objetiva-se a doação dos já mencionados imóveis ao município de Janiópolis, por ser medida de relevante valor social e, que contará, certamente, com a aprovação dos nobres Pares.

Sendo assim, esperamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do plano de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 508/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigadas as empresas potencialmente poluidoras a contratarem pelo menos um responsável técnico ambiental.

Art. 2º O responsável técnico ambiental poderá ser:

- a) técnico em meio ambiente;
- b) engenheiro ambiental, ou;
- c) engenheiro químico com especialização em segurança ambiental.

Art. 3º Para os fins previstos nesta lei consideram-se potencialmente poluidoras as empresas, e as atividades

desenvolvidas por elas, conforme Tabela de Atividade Potencialmente Poluidora do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, constante do Cadastro de Atividades Potencialmente Poluidora.

Parágrafo Único. Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades humanas que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

II - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

III - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente.

Art. 4º A responsabilidade técnica do estabelecimento será comprovada por declaração de firma individual, contrato social ou estatuto de pessoa jurídica ou pelo contrato de trabalho do profissional responsável.

Parágrafo Único. Cessada a assistência técnica pelo término do contrato, rescisão do contrato de trabalho ou pela vontade das partes, o responsável técnico ambiental responderá pelos atos praticados durante o período em que estava vigente a relação contratual.

Art. 5º O responsável técnico ambiental deverá produzir programas que garantam, tanto quanto possível, as condições de segurança ambiental, trabalhando na prevenção de acidentes e nas medidas emergenciais nos possíveis acidentes.

§ 1º Os programas de que trata o *caput* desse artigo deverão estar à disposição na sede das empresas, nos edifícios, nas plantas industriais e os casos de transporte deverão estar em posse do motorista, para as autoridades públicas consultarem a qualquer momento;

§ 2º Além dos programas descritos no *caput*, o responsável técnico deverá assegurar, por meio de laudos periódicos, que o plano está sendo cumprido e que não há contaminação do meio ambiente pelos efluentes potencialmente poluidores;

§ 3º Nos casos em que o plano não tiver sido cumprido, ou não tiver sido suficiente para a contenção dos efluentes poluidores, o responsável técnico deverá dimensionar os danos, apresentar o laudo com o resultado ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP e à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, contendo, também, as medidas de compensação e de contenção do dano.

Art. 6º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, exigirá o cumprimento integral da presente lei quando da emissão do licenciamento de operação das empresas enquadradas no artigo 3º deste dispositivo legal.

Art. 7º O não cumprimento da presente lei implicará em multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por empregado da empresa, por mês, até a regularização.

§ 1º As multas recolhidas comporão o Fundo Estadual de Meio Ambiente;

§ 2º Do auto de infração caberá recurso para o Instituto Ambiental do Paraná - IAP e para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

Art. 8º As empresas potencialmente poluidoras terão um prazo de 120 (cento e vinte) dias para adequarem-se a presente lei.

Art. 9º O Poder executivo regulamentará a presente lei em 60 dias.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

Prevenir é melhor que remediar, diz o ditado. O Paraná já foi palco de acidentes ambientais de proporções alarmantes. O número de acidentes ambientais no Paraná em 2005 foi de 127 e, em 2006, foram 197 acidentes, mais de 1 acidente a cada 2 dias.

Sempre que há um acidente volta-se a discutir medidas que poderiam evitar esses danos ambientais. O presente projeto de lei vem trazer a questão à tona para que em todas as empresas que apresentem riscos na emissão de poluentes (tabela do IBAMA com as empresas potencialmente poluidoras em anexo), tenham um ou mais responsáveis ambientais que elaboram planos para a prevenção e contenção da emissão desses poluentes. Além do que, em casos de contaminação do meio ambiente, se possa existir ferramentas para a resolução do problema e sua devida compensação.

Se as empresas que foram agentes desses acidentes ambientais tivessem contratado um técnico ambiental e esse elaborasse um programa de prevenção, muito da degradação e de dano ambiental já seria evitado.

O responsável técnico deverá manter, além dos planos descritos, laudos sobre a emissão dos efluentes, com o intuito de garantir um controle, por meio do estado, da quantidade de poluentes emitidos por essas empresas.

Da mesma forma que portarias do Ministério do Trabalho obrigam determinadas empresas a possuírem em seus quadro funcional um técnico em segurança do trabalho, um profissional vinculado à medicina do trabalho, o presente projeto vem garantir que todas as atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras

possuam profissional capacitado para garantir a segurança do meio ambiente. Segurança ambiental significa, na presente lei, garantir a criação de planos de prevenção em acidentes ambientais, planos ou programas que contenham os possíveis acidentes e, ainda, programas que garantam a devida compensação ambiental nos casos de acidentes ambientais.

É importante destacar que o presente projeto prevê que as empresas de transporte de cargas perigosas e potencialmente poluidoras também possuam planos de prevenção, contenção e compensação ambiental. Já que o maior número de acidentes no estado do Paraná se dá no transporte das cargas poluidoras.

A medida garantirá que o estado do Paraná diminua os número de acidentes com passivos ambientais, um controle sobre a emissão desses poluentes e a garantia de responsabilização em casos de acidentes.

Enfim, a medida representa uma avanço significativo para que o estado do Paraná continue sendo um referencial na preservação e no cuidado com o meio ambiente e, assim, com a vida.

PROJETO DE LEI Nº 509/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação de Esporte Amador de Cascavel - FUNDEAVEL, com sede e foro no município de Cascavel, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Esporte Amador de Cascavel - FUNDEAVEL é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro em Cascavel/PR (R. Barão do Cerro Azul, 484), inscrita no CGC/MF nº 81.269.334/0001-67, tendo seu estatuto lavrado por escritura pública.

Trata-se de entidade que tem como objetivos principais a produção de eventos esportivos, tanto locais quanto regionais. Tem como Presidente atual o Sr. Martin Louenço Lara, residente na R. Fortaleza, 374 - fundos (tel. (45) 3224-5361), Cascavel/PR.

PROJETO DE LEI Nº 510/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Passa a ser lei a obrigatoriedade de afixação de placas, cartazes em braile, em todos os locais de grande presença de pessoas, incluindo-se terminais rodoviários, terminais de transporte coletivo, aeroportos,

shoppings centers, lojas de departamentos, hospitais, postos de saúde, restaurantes, lanchonetes, casas de shows, teatros, estádios de futebol, ginásios de esportes, universidades, indústrias, escolas, edifício da Assembléia Legislativa, secretarias de estado, prefeituras, fóruns, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e fundações públicas.

Art. 2º Caberá ao PROCON fiscalizar o disposto no artigo anterior.

Art. 3º O não cumprimento do disposto no artigo anterior, implicará em multa de 50 salários-mínimos, que dobrará de valor, caso em vistoria a partir de 60 dias após a lavratura da multa, ainda persista a ausência das normas estabelecidas nesta lei.

Art. 4º As autoridades e os empresários terão 90 dias a contar da data da sanção desta lei para promoverem a implantação da exigência aqui fixada.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.07.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto, se aprovado pelo Plenário desta Casa, facilitará muito a vida dos portadores e portadoras de deficiência visual. Eles enfrentam sérias dificuldades de locomoção em razão da falta de orientação em braile, principalmente nos locais por onde passam grande quantidade de seres humanos, havendo as orientações em braile, estará sendo prestada uma significativa colaboração no direito de ir e de vir dos deficientes visuais. É o mínimo que esta Assembléia Legislativa pode oferecer a esses nossos irmãos e irmãs portadores da deficiência visual.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Jocelito Canto.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Antes do Deputado Jocelito se pronunciar, gostaria de registrar a presença aqui na tribuna, do Vereador Douglas Rodrigues da Silva, da cidade de Guaíra. É o Presidente dos Democratas daquela cidade. Também, das Vereadoras do município de Serranópolis do Iguçu, a Vereadora Cristina Íris e Dulce Zanatta e da Secretária da Câmara Municipal, Srta. Fabiana Menegol.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindas à nossa Casa.

Com a palavra, o Sr. Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, nossos convidados desta manhã de quinta-feira, em que mais uma vez o Parlamento se une para discutir assuntos de interesse do estado do Paraná.

Quero iniciar falando da questão desse projeto de lei aprovado em 1984. Ele foi apresentado nesta Casa e eu ainda não consegui descobrir se esse projeto apresentado em 1984 está em vigor, nesta Casa, se ele foi aprovado, ou não. Mas esse projeto é um projeto muito interessante. É um projeto, Srs. Deputados, feito pelo nosso então Governador Roberto Requião, quando este era Deputado Estadual, nesta Casa. E eu gosto de rever o passado, porque quando se revê o passado, aprendemos a entender um pouco o presente.

Então, estou estudando a biografia do Governador Roberto Requião. Como sou simpatizante de algumas coisas do Governador e não simpatizante de outras, estou querendo conhecer a biografia do Governador Roberto Requião, e comecei a buscar sua biografia aqui na Casa. Graças a Deus a Casa tem o arquivo e me oportuniza buscar aquilo que o Requião falou, contestou e pediu para ser lei ou apresentou projetos, aqui, para se tornarem lei no estado do Paraná. E achei uma pérola, no momento em que o Governador passou por aqui.

Vou protocolar, possivelmente na segunda-feira, um requerimento à Mesa Executiva para saber se esse projeto de lei foi aprovado naquela época, e se aprovado, não foi revogado, ainda, se ele continua valendo, porque infelizmente, fizemos um monte de leis, mas não são cumpridas. Estou fazendo um levantamento sobre este assunto, estou pegando todos os Deputados desta Casa, vou pegar todas as leis, quero ver quantas estão funcionando - até uma pauta para a imprensa - pegar as leis de todos os Deputados e ver quais delas estão vigorando, quais destas leis ou qual delas está em vigor, que é cumprida, neste estado. Vocês terão um susto, porque a grande maioria da leis aprovadas nesta Casa não são cumpridas pelo Poder Executivo.

Então, analisando tudo isto, quero saber mais sobre essa lei. Entendo, pelo pouco que li, que essa lei, Deputado Belinati. V. Exa. acho que estava aqui, em 1984, não sei se o Deputado Duílio já estava também, não sei se mais algum Deputado estava aqui em 1984, quando o então Governador Roberto Requião era Deputado; e era um Deputado pesado, Deputado que subia à tribuna e nós somos "fichinha", perto dele, até porque era mais jovem, com mais vontade, estava com vontade de ser Governador, estava com vontade de ser Prefeito - como depois foi - então, estava com a "macaca solta".

E aí, Srs. Deputados, Deputado Veneri, V. Exa. que é um profundo conhecedor da leis, é o Projeto de Lei nº 082/84, página 16, Curitiba, segunda-feira, 16 de abril de 1984:

(Lê):

"A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É vedado aos Secretários de Estado, Diretores de Economia Mista, Empresas Públicas e Autarquias, perceberem remuneração através de mais de uma fonte, a qualquer título, ainda que seja em forma de jetons ou outras vantagens.

Parágrafo Único. Fica ainda proibido aos ocupantes dos cargos ou funções previstas neste artigo, a acumulação de rendimentos oriundos de funções diversas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.84.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoiamento:

Nilson Sguarezi, Paulo Furiatti, Artagão Mattos Leão e Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, tem por finalidade estabelecer mais uma norma visando a moralidade no setor da administração pública estadual.

É necessário que os cargos públicos sejam bem remunerados, porém sem subterfúgios, como seja o recebimento por várias fontes, sem que efetivamente se conheça o total recebido por aqueles que desempenham as altas funções públicas com uma satisfação à população paranaense que os mantém com seus impostos."

Então, Srs. Deputados, temos aqui uma lei que não sei se está em vigor no Paraná, ainda, que é de 1988 que proíbe que o Secretário seja Conselheiro da SANEPAR, seja Conselheiro da COPEL e receba desses Conselhos. Ele pode até ser Conselheiro, mas não pode receber.

O que vale: a lei ou a nomeação? Vale a lei.

Agora alguém vai dizer assim para mim: "mas, a lei foi revogada, não vale.

Mas o que vale mais: a lei ou a moralidade? Aqui, o Governador fala em moralidade.

Então, quando ele era só Deputado, ele não queria isso. Ele não queria que quem estivesse em outro lugar recebesse, mas agora, ele estando Governador, ele manda pagar. Como mudam as coisas na política. Como mudam os pensamentos dos grandes gênios da política. Quero entender essa biografia do Governador Requião. Quero entender esta condução do Governador Roberto Requião. Como Deputado, ele proibia, aqui nos Anais da Casa.

Vou consultar à Mesa ainda. Sei que o Presidente não vai saber responder agora, vai ter que consultar os Anais, vai ter que consultar a Casa. Ainda acho que essa lei está em vigor. Se estiver em vigor, daí, não sei o que caberá.

Não tem problema, se a lei estiver em vigor, faremos um ajuste de conduta; Ajusta-se a conduta, de agora em diante não se faz mais. Para trás, passou, já foi.

Com o aparte o Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (Democratas)

V. Exa. usa a tribuna e lembra a atuação do Governador Roberto Requião, quando Deputado Estadual, aqui na Assembléia Legislativa. V. Exa. traz ao conhecimento desta Casa, de forma agora oficial, que o Governador Roberto Requião, quando Deputado, foi autor de um projeto que proíbe o acúmulo de cargos no Governo do Estado.

V. Exa. traz e se refere a algumas pessoas que acumularam cargos ou estão acumulando cargos dentro do Governo do Estado. Resta saber agora se esse acúmulo de cargos que o Governador do Estado nomeou pessoas para exercerem cargos, tanto em estatais ou não, em conselhos ou não, se esses foram remunerados ou não.

Acho que esta é a informação que V. Exa. traz a esta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Dr. Botto disse ontem, que tem 2, que ele está acumulando 2. Ele disse ontem que ele era Secretário e era Presidente do Conselho e ele disse que recebia do Conselho da SANEPAR.

Então, aí que me chamou a atenção.

O Sr. Elio Rusch (Democratas) (Aparte)

Pela lei promulgada em 1984, veda, proíbe. Pode acumular cargo, mas receber só de um, é isso?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Aqui a lei diz isso, mas agora eu não sei. Estou pedindo a Casa para saber se esta lei está em vigor. Aqui é o Diário Oficial da Assembléia, nós precisamos saber. Mesmo assim, questiono a questão da moralidade. Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

É importante lembrar, eu sempre tenho dito ao longo da minha vida, principalmente da vida pública; só existe uma coisa que confirma os atos de uma pessoa, o tempo. O tempo é a razão de si, o tempo é a razão da existência que comprova se aquilo que nós falamos hoje, num futuro, se estamos falando a verdade, ou o tempo serve para nos desmentir. Diria o seguinte, Deputado: homem que não tem passado, não tem história. Se nós temos história, é porque nós temos passado.

É importante fazermos um levantamento das notas taquigráficas na época em que o Requião era Deputado, porque V. Exa. falou que ele foi um Deputado combatido, ele foi Deputado da Oposição, da Situação aqui na Assembléia, até para ver como era o comportamento dele quando era Deputado, o que ele achava do Governo do Estado, do Executivo, e o que é ele hoje.

Parabéns!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Na verdade, o que estou buscando. Não estou condenando, porque todo ser humano tem passado bom e

passado com problema. Ninguém é perfeito! Todo mundo tem defeitos e eu também tenho os meus.

Mas esse é um assunto, e gostaria que V. Exa. depois tomasse providências no sentido de fazer um levantamento para nós sabermos se essa lei está em vigor ou não. Estou curioso para saber, quero saber se pode ou não pode. Como o Dr. Botto falou que tem 2 cargos aqui e já teve na SANEPAR, fiquei curioso, porque o Governador fez essa lei, não sei se essa lei está em vigor ou não.

Por outro lado, Sr. Presidente, protocolo na manhã de hoje um pedido muito especial a V. Exa., ao nosso Presidente Nelson Justus, que tem se comportado como um Presidente austero, tem cobrado aqui, tem feito as Sessões nas quintas-feiras, alguns reclamam, mas estamos aqui, tem cumprido aquilo que precisa ser cumprido e estou protocolando hoje, Sr. Presidente, à Mesa Executiva, um pedido muito especial: a Assembléia precisa pagar a URV dos Senhores funcionários. Os funcionários da Assembléia precisam receber a URV, é um direito, o Tribunal de Justiça já pagou, o Tribunal de Contas já pagou e o Ministério Público já pagou. Quem ainda não recebeu foram os funcionários desta Casa e os funcionários do estado do Paraná não receberam ainda. O professor, o policial, pessoal da saúde, os funcionários mais pequeninhos que recebem menos, não receberam a URV. Agora, das outras instituições, receberam, Poder Judiciário, e não acho justo que esta Casa deixe de pagar os seus funcionários.

Por isso, estou protocolando a V. Exa., hoje, baseado no contrato que o Prefeito Beto Richa está fazendo. O Prefeito Beto Richa abriu uma licitação e o contrato com o novo banco renderá 48 milhões para obras.

Estou pedindo a V. Exa., hoje, Sr. Presidente, porque podemos arrumar dinheiro com os bancos que estão aqui na Assembléia. Aqui na Assembléia tem o ITAÚ e o HSBC - são 2 bancos que estão dentro da nossa Casa. Queria solicitar a V. Exa., que acaba de assumir a presidência desta Casa, que abra um processo de licitação para que esses bancos possam também pagar ao Poder Legislativo, porque movimentam o dinheiro do Poder Legislativo. A Prefeitura de Curitiba, o Governo do Estado também fez isso e pegou dinheiro, o Tribunal de Justiça pegou dinheiro do Banco ITAÚ e parece-me que são 60 milhões. O Governador do Estado recebeu uma "grana preta" do Banco do Brasil para deixar as contas lá e a Prefeitura de Curitiba está fazendo isso.

Solicitaria, Sr. Presidente, que imediatamente V. Exa. determinasse a abertura da licitação para ver qual é o banco que vai cuidar das contas da Assembléia e com esse dinheiro que vem aí, nós pagarmos a URV aos funcionários da nossa Casa. Então, se não der para pagar tudo - não sei quanto importa - mas dá para dar um começo, dá para dar a primeira parcela e parcelar depois o resto em vários pagamentos.

Então, trago esta sugestão, hoje, aqui. Não sei como os 2 bancos funcionam aqui na Casa, mas estou solicitando dentro da própria lei, porque a Lei de Licita-

ções determina isso, que a movimentação bancária tem que ser feita através até de um banco oficial, mas se não for um banco oficial, que possa ser um banco que possa trazer alguma coisa, afinal os bancos utilizam aqui o espaço da Assembléia, utilizam as instalações da Assembléia e é como o nosso restaurante da Assembléia, que é licitado, há uma licitação porque é público, e como os vendedores ambulantes não podem mais andar aqui também, porque não dá para colocar todos, porque é público, então os bancos também têm que pagar. Já que aquelas pessoas mais pobres que andavam aqui e vendiam os seus produtos aqui dentro não podem vender, porque é público e o público tem que ser licitado, solicitaria a V. Exa., Sr. Presidente, que a partir de agora abrissemos imediatamente a licitação para que o Banco ITAÚ, que está nesta Casa e o HSBC, pagassem uma quantia para a nossa Assembléia Legislativa do Paraná.

Com isso a Assembléia faz caixa e com esse dinheiro a Assembléia começa a pagar a URV dos seus funcionários, que têm direito, afinal o dinheiro movimentado pela Assembléia está sendo movimentado em 2 bancos aqui dentro da Assembléia, e como o Prefeito de Curitiba está fazendo agora, ele está recebendo 80 milhões para mudar de banco. Oitenta milhões! Claro que o orçamento de Curitiba é relativamente alto, mas que a Assembléia consiga 5 milhões ou 3 milhões, isso já dá para começar a pagar a URV dos funcionários, e nós podemos fazer isso, porque a lei está ao nosso lado!

Então, gostaria, Sr. Presidente, estou lhe encaminhando esse pedido para que possamos, em um prazo rápido, fazer essa questão da licitação dos bancos aqui, para que com esse dinheiro possamos iniciar o pagamento dos nossos funcionários.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também quero manifestar o meu pedido ao Governador Roberto Requião, que nós ajudamos na campanha a eleger, que é um homem justo, ele tem de vez em quando uns pecadinhos, como todos nós temos, de vez em quando ele faz umas lambanças, como todo administrador faz, qualquer um comete alguns erros de vez em quando, mas eu queria pedir ao nosso Governador que ele também pagasse a URV dos funcionários do estado. O Deputado Tadeu diz que concorda também.

Não acho justo que os funcionários que tocam este Paraná não tenham o mesmo direito que têm os funcionários do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público. O que eles têm que os nossos funcionários não têm? O que o Tribunal de Justiça tem, o Tribunal de Contas tem, o Ministério Público tem, que os nossos funcionários do estado não têm? O que eles não têm? É falta de poder? Mas eles têm um Governador que se elegeu defendendo as pessoas mais simples.

Então, quero pedir ao nosso Governador Roberto Requião que comece a analisar, que faça um plano para pagar esse pessoal, que comece a pagar a URV dos professores estaduais. Por que o professor que ensina em uma sala de aula, que tem um salário pequeno, não tem

direito de receber a URV e o Ministério Público tem direito de receber, senhores? Como que os membros do Ministério Público podem receber e o professor que ensina nossos filhos não tem direito de receber? Por que não tem esse direito? Que leis são essas? Que poderes são esses que os pobrezinhos não têm direito de receber?

Todo mundo reclama da segurança: “É, a segurança está mal!” Aí o Ministério Público quer penalizar o policial, mas o policial não recebeu a URV. Queria saber quanto que é essa URV. Quanto que representa para um professor do estado do Paraná? Quanto que representa a URV para um professor? Tenho certeza que o dinheiro dessa URV dá para aquele professor, dá para aquele funcionário público sair do banco que ele está devendo, que ele fez consignação para pagar suas contas. Ele tem esse direito, sim!

No final do ano passado, o Governador fez um ajuste de conduta com o Ministério Público e, agora, o Tribunal de Contas vai rejeitar as contas do Ministério Público, pelo menos é o que está na imprensa. Queria saber o seguinte: como é que o Governador passou dinheiro para o Ministério Público e não pagou os seus funcionários, que mereciam receber a URV? Por que não receberam os professores, o pessoal da saúde? Por que eles não merecem receber?

A partir de hoje, vai ser um dia sim e outro também, todo dia vou cobrar a URV aqui. Alguém goste ou não goste, alguém fique bravo ou não, eu vou todo dia cobrar isso. Eu vou encher o saco, até a hora que alguém resolva pagar essa URV dos funcionários do estado do Paraná, porque não acho justo que o Ministério Público receba; eu não acho justo que o Tribunal de Contas receba; não acho justo que os outros Poderes recebam e os nossos funcionários, os nossos professores das escolas não recebam. Se o Governo não tem como pagar, que parcele o pagamento, já que no Executivo é muito grande o número de funcionários. Parcele! Faz um parcelamento para pagar o pessoal!

Passa a usar o horário de Liderança do PTB

Então, Srs. Deputados, para concluir este assunto, que tem pessoas que não querem falar deste assunto; tem pessoas que se escondem porque ninguém quer enfrentar o Ministério Público, têm medo de enfrentar o Ministério Público. Tem gente que tem medo de enfrentar o Poder Judiciário; têm medo do Poder Judiciário. Tem gente que tem medo de enfrentar o Tribunal de Contas porque têm medo do Tribunal de Contas. Não tenho medo desses caras não! De nenhum deles! Devo respeito às pessoas direitas, mas não medo de enfrentar, porque o medo é o que há de mais covarde no ser humano, o medo de falar o que pensa. Todos erram? Todos erram! Não conheço nenhuma pessoa que não cometa erro.

Agora, não vou me calar mais sobre a URV. Vou cobrar todo os dias o Governador Roberto Requião, por-

que ajudei a elegê-lo nessa campanha. E nós nos elegemos com as pessoas mais humildes. Se dependesse da classe A, talvez não estivéssemos eleitos. Então, agora, devolver a esse pessoal o direito que cabe a eles! Temos que governar para todos, mas a preferência é para os que mais precisam e para aqueles que, na hora em que precisamos, entenderam o que queríamos fazer. Vou, a partir de hoje, cobrar todos os dias aqui. Vão se cansar de mim. Enquanto eu tiver voz, vou cobrar aqui, vou subir todos os dias aqui para falar da URV dos funcionários do estado, dos funcionários desta Casa. Só falta estes 2 Poderes receber. Sei que do estado é mais complicado, porque é muita gente, mas dá para parcelar, dá para diminuir alguma coisa.

Não é justo, senhores, que os outros Poderes recebam e os nossos Poderes não recebem: os nossos funcionários, os funcionários do interior, dos bairros da capital, o policial militar que sai de casa e não sabe se volta. A família não sabe se volta ou vai voltar daqui a pouco, num comunicado, que está lá no IML porque enfrentou os bandidos. Está na hora de dar respeito a estas pessoas.

Se o Poder Judiciário recebeu, se o Poder que cuida das contas já recebeu, se os guardiões da lei já receberam, não é justo que os demais funcionários do estado não recebam. Não é justo! Se quem guarda a lei já recebeu; se quem julga a lei já recebeu; se quem analisa as contas já recebeu, por que é que os “patinhos feios” do funcionalismo do Paraná não receberam?

Daí querem mudar a educação. Chega na época da campanha e é aquele blá-blá-blá. Vamos melhorar a saúde, vamos melhorar a educação, vamos respeitar os funcionários. Respeita nada! O respeito está provado nesta URV!

Os “patinhos feios” que carregam este estado, estão colocados de lado. O povo tinha que ter mais coragem, sair às ruas, parar 1 dia ou 2, e dizer: “Se os outros tiveram esse direito, nós também queremos o nosso direito”!

A partir de hoje, Sr. Presidente, vou fazer esta cobrança ao Sr. Governador. A V. Exa. eu já fiz esta cobrança e V. Exa. já sinalizou que vai levantar para ver quanto que são as contas dos funcionários desta Casa.

Quero lhe cumprimentar por esta atitude. O Presidente Nelson Justus, juntamente com o Secretário Curi me disse ainda ontem: “Vamos fazer um levantamento, para ver quanto representa isto, e uma resposta vai ser dada”. Como acredito em V. Exa. e, tenho certeza, que mesmo que seja para dizer não, V. Exa. vai dizer aos funcionários desta Casa. Mesmo que seja para dizer não ou para fazer uma contraproposta. Mas já lhe dei uma sugestão a respeito do banco. Quem sabe pegamos um dinheirinho dos bancos e iniciamos o pagamento dos nossos valorosos funcionários desta Casa.

Alguém que se esconde na sombra, outro dia, disse para mim - não vou falar o nome, senão vou brigar e se eu brigar vai acabar em porrada: “Tem funcionário que não

merece, nesta Casa”. Todo lugar tem funcionário que não merece. Toda profissão tem 99 bons e tem 1 ruim, mas a grande maioria sempre é boa. Tem alguns, toda profissão tem. Na minha, tem. Entre nós, tem. Entre Cristo teve o Judas, que acabou matando-o, que eram todos discípulos de Deus. Como é que não vai ter? Então, nesta Casa há alguns problemas, sim. Mas a grande maioria dos Srs. funcionários desta Casa não é aquilo que alguém falou: “Que não merecem”. Merecem, sim, e têm direito, como têm os funcionários do estado.

Por isso, V. Exa., eu lhe agradeço, primeiro por mandar fazer este levantamento, que até agora ninguém sabe quanto é, ninguém falou em número. Sabemos que é uma conta lá de trás, difícil de pagar. Mas já que o Ministério Público pagou e ele é o guardião da lei, já que o TJ pagou, o TC pagou, agora, vêm os “patinhos feios”. Vamos torcer por nós, os “patinhos feios”, do estado e aqui da Assembléia, pedir ao nosso Presidente que vá encaminhar e pedir ao Governador. Todo dia vou subir aqui e vou me tornar cansativo. Vocês sentirão que sou um chato, mas é um chato que resolve as coisas de vez em quando. Vou todo dia entrar aqui e: “URV - os funcionários não receberam ainda”.

Sr. Presidente, desculpe-me, quando assumi este cargo na Assembléia foi para defender aquilo que acho que é legal. Enquanto eu estiver, aqui, vou fazer o possível para escrever nessa minha biografia, cheia de confusão, mas de muita humildade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Para registrar a presença na Casa do ilustre Prefeito Amin, de Cornélio Procópio, figura querida e grande Líder municipalista.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo, Prefeito Amin.

Horário das Lideranças:

No Horário das Lideranças: PDT; Bloco PSB/PL/PRB/PV; Bloco PPS/PMN; Democratas.

(Todos declinam)

PP, concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, nobre Deputado, jovem aguerrido Marcelo Rangel, Deputado Chico Noroeste, Sras. e Srs. Deputados.

Em outra oportunidade, ocupamos a tribuna para registrar o nosso respeito ao Cardeal Ratzinger,

considerado uma das maiores inteligências da Igreja Católica, hoje ocupando o trono na Santa Fé, como a maior autoridade da Igreja Católica, como Papa, com a denominação que ele próprio escolheu, Bento XVI.

O nosso respeito aos Padres, Bispos, Arcebispos, Cardeais, aos católicos do Brasil e do mundo inteiro.

Sr. Presidente, mesmo reconhecendo que o Cardeal Ratzinger é uma das figuras mais inteligentes da Igreja Católica, até mesmo o mais sábio está sujeito a cometer equívocos, a dar bola fora, o Papa, não faz muito tempo, foi infeliz no ataque que fez ao Profeta Maomé, deu um trabalho danado para o Vaticano tentar consertar o mal-estar causado pela declaração, considerada infeliz, para o Papa Bento XVI a respeito do profeta Maomé. Lembro, Sr. Presidente, que problema religioso é delicado, o próprio Iraque é um país, praticamente sem solução, é difícil enxergar qual é o caminho alternativo para pacificar o Iraque, porque ali é um problema religioso, é religião contra religião, não é de partido contra partido.

E o que mais desejamos é que haja harmonia, entendimento, diálogo, boa-convivência entre todas as religiões, porque acreditamos que todas elas têm o nosso Deus, o nosso Pai Celestial como o nosso supremo, como a nossa autoridade suprema, o Criador de todas as coisas. E cabe ao Padre, ao Pastor, ao ancião, cabe a todos, contribuir para que haja paz no mundo. E essa paz deve começar inclusive, pela boa-convivência entre as diversas religiões do nosso planeta.

Sr. Presidente, nobre Deputado Pastor Edson Praczyk, esta semana mais uma vez o Papa Bento XVI cometeu um equívoco, foi infeliz, ele foi extremamente infeliz ao afirmar que a única Igreja de Cristo é a Igreja Católica. O Papa foi contundente em um documento divulgado pelo Vaticano, inclusive, alijando os Protestantes, os Evangélicos, afirmando, com todas as letras, que a Religião Evangélica não é religião de Deus, não é de Cristo.

Sr. Presidente, eu estava meditando sobre a história do mundo, quando Cristo passou por este nosso planeta, teve a sua peregrinação, que ao que consta teria durado apenas 3 anos, Cristo morreu muito novo, já existia a Igreja e não havia na fachada da igreja nenhuma placa: se a igreja era Evangélica, era Católica, era igreja de Deus!

Então, hoje eu venho aqui fazer uma defesa de todas as Igrejas Evangélicas que têm Cristo como filho de Deus, como único, como está na Bíblia, que nos conduz ao Reino de Deus.

Concedo um parte ao nobre Deputado Pastor Edson Praczyk, com muita honra, aliás eu gostaria mesmo de ouvir exatamente a palavra do Pastor.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Deputado Belinati, eu não iria entrar neste tema, até para não polemizar mais, mas aproximadamente umas 20 pessoas me pediram a opinião, inclusive, recentemente duas jornalistas me pediram a opinião a respeito desse posicionamento da pessoa do Papa. Aí, justifiquei

que vários estavam me questionando acerca do assunto e disse que, com exceção do João Paulo II, o Papa anterior ao Papa Bento XVI, todos os demais, anteriores, sempre enfatizaram essa máxima, dizendo que a única igreja ou que a única religião verdadeira seria a Igreja Católica Apostólica Romana. Bom, eu posso falar com propriedade sobre o Catolicismo, porque eu sou nascido em berço católico e conheço. Mas, eu disse, usando a própria história bíblica e secular, que se nós fôssemos defender como única e verdadeira religião com base no próprio Sr. Jesus, teríamos que afirmar que o Judaísmo seria a religião verdadeira, primeiro porque dista muito tempo antes e segundo porque o próprio Sr. Jesus, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi judeu, judeu praticante, conhecedor da Tora, conhecedor de todos os ritos e liturgias do judaísmo.

Ora, há um equívoco, com certeza há na afirmativa ou na afirmação do Papa por que a história também já diz isto com o advento de Martinho Lutero que protestou uma infinidade de doutrinas, dogmas que foram inseridos nas práticas do catolicismo que conflitam com os escritos bíblicos, entre eles o pagamento de indulgências, dentre eles uma infinidade de reconhecimentos a santificações, santidades, etc. e tal.

Portanto, me solidarizo ao seu pronunciamento, não querendo criar nenhuma guerra santa, mas não existe uma religião implantada por Deus, oficializada por Deus. O que tem que ser destacado seria a fé, a fé num único e verdadeiro Deus, que dêem o nome que quiserem, o nome que preferirem e eu concordo com V. Exa. que esta afirmação ou este documento oficial veio a soar muito mal, não apenas para aos Protestantes, porque nem todos os Evangélicos são Protestantes - os Batistas, por exemplo, distam diante do Protestantismo, mas todos os segmentos religiosos, em especial, é óbvio, os Evangélicos, os Protestantes, os Pentecostais e Neopentecostais.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado Edson Praczyk. Estava ansioso mesmo para ouvir a manifestação de V. Exa., pela grande experiência de V. Exa.

Volto a repetir, Sr. Presidente, nossa admiração a inteligência de um homem chamado Ratzinger, acreditando nos seus bons propósitos, um homem bom, um homem de fé, mas volto a repetir, foi infeliz mais uma vez, ao fazer este ataque aos Evangélicos de todo planeta Terra.

Nossa admiração, nosso respeito aos Católicos e o nosso desejo de que o Papa, ao fazer novos pronunciamentos de fé, de fé em Deus, dos caminhos que levem à salvação, com bons ensinamentos ao nosso povo e que o Papa jamais faça este papel tão desagradável, tão triste, praticamente de vir alimentar uma guerra entre as religiões, porque à medida que o Papa faz um pronunciamento desta ordem, primeiro sobre Maomé, agora atacando os Evangélicos, em nada contribui Sua Santidade para o

bom entendimento, para o bom diálogo entre todas as religiões do nosso planeta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o PT, PSDB.

(Declinam)

PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Vou tratar de 2 temas. Primeiro, é claro, o mais aprazível. Dia destes, Deputado Elio Rusch, fui ao cinema e vi, Deputado Pugliesi, um filme que tratava de uma história de amor, uma história de amor muito bonita, e o filme quase todo se passava, é uma história sobre vivência, sobre os dramas das pessoas, sobre as dúvidas, mas se passava numa pousada, num lugar paradisíaco: à direita você via as montanhas, via o por-do-sol: à esquerda uma mata nativa, flores; á frente, claro, o oceano, lindo azul, se encontrando com o infinito, e nesta pousada, é claro, as pessoas viviam uma relação linda de amor!

Eu vendo, outro dia, o pronunciamento do Deputado Traiano, muito aparteado, aliás, pelo Deputado Plauto, lamentavelmente nenhum dos 2 está aqui nesta Sessão de hoje, quero dizer, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, o quanto temos que tomar cuidado com as palavras, porque alguém, outro dia, de madrugada, é claro, sem ter muito o que fazer, mas acho que é até interessante, ficou num blog, como tem os bloqueios por aí, ficou pesquisando na internet os gastos do Governo.

E aí, vejam como se tem que tomar cuidado para não ser leviano, eu tenho as notas taquigráficas aqui, esta Casa por exatamente 20 minutos ouvi um pronunciamento aqui do Deputado Ademar Traiano falando de um escândalo de um saque de R\$ 120 mil para custar as despesas de alimentação numa pousada. E aí tem as ironias todas: “champagne Möet Chandon, camarões que ali teriam, hipoteticamente, sido consumidos, ou seja, até atribui-se que seria uma festa de reveillon paga com dinheiro público! Durante 20 minutos, nesta Casa, naquela tribuna, discorreu um Parlamentar com diversos apartes aqui falando, na verdade, sobre um tigre de papel, uma pousada que não existe! É a pousada da ignorância, porque vejam que coisa maluca, vejam como temos que ser muito responsáveis ao falar nesta Casa, porque a pousada a que se referiam, dos R\$ 120 mil, na verdade o que era? Refere-se à conta Governo do Paraná, Casa Civil, conta relacionamento/cartão corporativo, destinado ao pagamento de despesas com ressarcimento de alimentação e pousada, ou sejam, diária para pagamento de pernoite em viagem de servidor público, estatutário celetista

ou comissionado, não se tratando de pagamento de pousada e sim de empresa!

Olhem aqui no novo Dicionário Aurélio, quero contribuir com o Deputado Traiano, pena ele não estar aqui, falaria ontem, mas infelizmente ontem a Sessão foi muito atribulada. Olhem, pousada, está aqui o significado no nosso Aurélio: *Substantivo de pousado, pousada; hospedagem; alojamento; pousadia. Tinha por hábito não negar pousada em seu sítio. Hospedaria ou albergue. Todas as pousadas da região estão lotadas. Residência; domicílio, Choupana, cabana e fundamentalmente lugar que serve de pouso por uma noite.*

Da mesma forma é o pernoite, o pernoitar, ficar durante a noite, passar a noite; tomar pousada; dormir.

Então Sr. Presidente, Srs. Deputados, penso que se tem que tomar muito cuidado quando se faz um pronunciamento, porque este é um plano de contas: alimentação e pousada. É uma destinação de recurso que vai servir para o deslocamento dos servidores, a diária é creditada e o cartão corporativo funciona rotativo.

Quero dizer que é muito, muito triste ver um Parlamentar da condição do Líder do PSDB, o Deputado Ademar Traiano, lamento ele não estar aqui hoje, mas quero dizer o seguinte: ele tem que ter um pouco mais de cuidado, porque a assessoria, não vou creditar a ele ter cometido um erro desse tamanho, estão aqui as notas taquigráficas, Deputado Valdir Rossoni, não adianta o senhor falar para mim que ele disse isso e aquilo. Vou dizer mais:

(Lê):

“Ao Sr. Romanelli
Deputado Estadual
Paraná

INFORMAÇÃO

Em atendimento ao solicitado quanto as notícias publicadas na imprensa na data de hoje (11/07/07), venho a informar que os gastos publicados no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), referem-se as despesas com a Chefia do Poder Executivo - Casa Civil e Casa Militar.

Informo ainda, que os valores de:

- R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), referem-se a valor creditado na conta GOV / PR. CC conta relacionamento / cartão corporativo, destinado a pagamento de despesas com ressarcimento de alimentação e “POUSADA”, ou seja, diária para pagamento de pernoite em viagem do servidor público (estatutário, celetista ou comissionado), não se tratando de pagamento de “POUSADA” (Empresa);

- R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), referem-se ao pagamento de despesas com aquisição de passagens aéreas (Nacionais e Internacionais), via Central de Viagem do Governo do Estado;

- R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), referem-se a aquisição de materiais de consumo (combustível, pedágios, táxi), em viagem do servidor público. Ex. Material de consumo, o qual existe ainda um saldo de R\$ 52.000,00 para gastos futuros.

Todas as despesas são efetuadas utilizando-se do Cartão Corporativo de acordo com a legislação em vigor, decreto 3498 de 23/08/2004.

Quanto aos valores de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) informados no site do Governo são recursos destinados as despesas com material de consumo. Outros Serviços e Encargos Pessoa Jurídica e Diárias com pessoal civil e militar da Casa Militar/CC, através de adiantamentos, de acordo com a interpretação da rubrica orçamentária, em nome de servidores públicos, os quais ficam à disposição em conta corrente para a execução das despesas e existe prestação de contas por elemento de despesas a qual é analisada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Todas as despesas mencionadas são para execução no decorrer do exercício de 2007, ficando em conta corrente e são executadas parcialmente e não na sua totalidade como informado.

Maiores informações, estamos à sua disposição, pelo fone 3350-2495.”

Precisa-se tomar cuidado, porque aqui na verdade ... Uso o Horário da Liderança do Governo.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Temos que tomar um certo cuidado, porque vejam as pessoas, essa servidora pública me ligou indignada, não foi o Chefe dela que mandou ela ligar para mim, não foi o chefe da Casa Civil, não foi o Governador, não foi o ex-Deputado Wanderlei Iensen, foi a servidora. A servidora estava indignada, não dormiu de noite, por conta de se sentir agredida, porque ela tem a convicção de que ela está fazendo a boa gestão do dinheiro público e está trabalhando seriamente.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Agradeço o aparte. Estou vendo que o senhor está trazendo as justificativas com relação ao assunto que foi levantado essa semana, aqui. E eu aquele dia usei da palavra pedindo e achando que se existiu de fato essas despesas, eu relembrei a questão do Banco Social. E o senhor agora falou que a funcionária nem dormiu de noite por causa dessas palavras que foram pronunciadas pelos Deputados, entre os quais eu me incluo. Quero dizer ao senhor e a funcionária que não dormiu de noite, que tem muitos empreendedores que não estão dormindo de noite, porque o Banco Social não voltou a funcionar ainda. Preciso que o senhor me ajude.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. pode fazer um pronunciamento sobre este tema e eu também tenho que cobrar este tema do Deputado Nelson Garcia.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Romanelli, V. Exa. tem até um jeito, um ar, uma forma de ser professoral. Gostaria de V. Exa.,

porque vou fazer o pronunciamento depois sobre essa questão, já que V. Exa. está com o Aurélio ali, não dá para ver o que significa, o que é “requerimento”? Aí, o senhor pega o dicionário, ao invés de vir com o seu ar professoral aqui e querer chamar a atenção do Líder do PSDB, V. Exa. pegue o dicionário e leve para o Chefe da Casa Civil e daí ele vai aprender a responder requerimento. Veja o que é requerimento, aí, Deputado, faça o favor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu vou continuar o pronunciamento. Agradeço aos apartes. Sr. Presidente, eu mudo a tonalidade agora, mas eu quero falar sobre outro tema que eu acho da maior importância e esse não pode ser tratado de forma como tratei este, com bom humor. Honestamente não posso fazer isso. Não posso fazer isso porque ouvi aqui nesta Casa, durante 2 dias, o Deputado Marcelo Rangel, de Ponta Grossa, falar sobre pessoas e que eu disse que a existência dessas pessoas tinha que ser comprovada. Ele falou de pessoas que haviam sido mortas, nove pessoas, se não me falha a memória, por falta de leitos em UTI. Eu quero dizer que esse tema, lamentavelmente, é um tema muito sério. Não é para brincadeira. Esse é um tema que tem que ser tratado com respeito em relação às pessoas, porque eu tenho um relatório da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. A fala do Deputado Marcelo Rangel é inverídica. Eu vou mostrar porquê, Sr. Presidente, embora eu tenha que lamentar por um fator muito grave. Nós estaremos e ele já expôs isso. É verdade, ele expôs dados que são confidenciais. São informações de pessoas de famílias e que, infelizmente, vêm a público, quando é um direito da cidadania, você respeitar as condições da família. Ele falou de nove pacientes. Quatro desses nove pacientes estavam internados em UTI e vieram a óbito, depois da internação. Três não tinham solicitação da UTI. Um, por complicações médicas e outros porque o médico não autorizou a transferência. A Secretaria Estadual da Saúde, por meio da Central de Regulação do Paraná, continua a garantir a internação dos pacientes de forma rápida e eficiente.

Lamentavelmente Sr. Presidente, nós assistimos aqui um espetáculo grotesco.

Vou ler, para constar dos Anais desta Casa.

A fonte é a 3ª Regional de Saúde e Central de Leitos.

O Deputado Mohamad me disse há pouco, uma frase: “Se UTI salvasse vidas como se diz aqui nessa Assembléia, rico não morreria. Os ricos todos continuariam vivos, como se a UTI fosse a panacéia da solução dos problemas da Saúde Pública”.

Vejam aqui os exemplos, nove exemplos que o Deputado citou. Vou ler o nome das pessoas. Não gostaria, mas vou ler o nome das pessoas para poder ter o documento. Essas informações são confidenciais, mas como foi quebrado o sigilo, Sr. Presidente, eu me sinto na

obrigação de poder esclarecer esse tema a esta Casa, para que todos saibam como esse tema está sendo tratado.

O tema que tem que ser tratado é tecnicamente, seriamente e não como notícia de jornal e nem notícia de rádio, para tentar escandalizar a opinião pública.

(Lê):

“Alexsandro de Jesus, 26 anos: encaminhado pelo SAMU direto para Santa Casa; internou em UTI; óbito em 24 de maio morte na UTI. José Celso Slompo, 59 anos: entrou dia 23 de maio na Santa Casa; Castro solicitou vaga em leito clínico de oncologia; óbito em 30 de maio; não houve solicitação de vaga de UTI. Gabriela Conceição, 72 anos; encaminhada pelo SAMU para Santa Casa em 04 de junho, às 18h05; óbito em 05 de junho; não houve solicitação de vaga de UTI. João Antonio Leite, 4 meses: solicitação de UTI pediátrica em 06 de junho, às 15h22; vaga concedida às 20h09 (7h) no Hospital Bom Jesus, de Ivaiporã; óbito em 15 de junho; morte na UTI. Daiana dos Santos, 14 anos: paciente com Síndrome de Down e broncopneumonia; o pronto-socorro municipal solicitou leito clínico para o Hospital Vicentino dia 19 de junho às 19h26; vaga concedida às 19h56 (30 minutos); óbito em 20 de junho; não houve solicitação de vaga de UTI. Maria Holga Brudeck, 67 anos: solicitada UTI em 23 de junho às 15h48; em 24 de junho libera vaga em União da Vitória, mas o médico cancela. Dr. José Carlos, do hospital de origem, não concorda com a transferência. Alega que a paciente estaria debilitada e cancela a busca na Central de Lei-

tos. A família não é comunicada sobre a decisão do médico e continua esperando pela vaga. Nova solicitação de UTI em 26 de junho às 11h19; óbito em 26 de junho; o médico não autorizou a transferência para vaga de UTI em União da Vitória. Sadi de Oliveira, 48 anos: encaminhado pelo SAMU direto p/ Santa Casa; internou em UTI; morte na UTI. Eliana Barbosa, 21 anos; família decidiu por vaga particular em UTI do Hospital Dr. Feitosa, em Telêmaco Borba; o hospital aceitou como SUS; óbito em 30 de junho; morte na UTI; Eduardo Senczeszm, 4,5 meses: paciente cardíaco; solicitação de vaga de UTI pediátrica feita pelo Hospital Infantil, em 02 de julho às 15h35; contato médico (Dr. Betinardi) feito às 19h20 e às 20h48 com informações de que o paciente estaria estável e faria exame eletrocardiograma pela manhã; óbito às 21h45 do dia 02; segundo o médico, o paciente apresentava quadro estável. No mesmo dia teve complicações e veio a óbito.

Municípios que não tinham leitos de UTI agora têm. Castro não tinha, agora tem nove. Telêmaco Borba não tinha, agora tem 10. Ponta Grossa e Umuarama não tinham leitos de UTI neonatais, agora têm. Seis e dez, respectivamente.

Segundo a Portaria 1.101 do Ministério da Saúde, o Paraná tem mais leitos que o número mínimo estabelecido. A quantidade seria 1.038, o Paraná tem 1.118.

Ponta Grossa:

Existem mais de 32 leitos de UTI para entrar em funcionamento em Ponta Grossa.

	2002	2006	2007 (novos leitos)	2008
Hospital Bom Jesus	8 UTIs adulto	12 UTIs adulto	1 UTIs adulto	0
Santa Casa de Misericórdia	10 UTIs adulto	12 UTIs adulto + 6 UTIs neonatal	3 UTIs adulto + 4 UTIs neonatal	0
Hospital Vicentino	0	6 UTIs adulto + 2 UTIs contratadas	2 UTIs adulto	0
Hospital Infantil João Vargas de Oliveira	0	0	12 UTIs pediátricas	0
Hospital Mun. Amadeu Puppi (antigo Pronto-Socorro Mun.)	0	0	10 UTs adulto	0
Hospital Anna Fiorillo Menarim (Castro)	0	9 UTIs adulto	0	0
Hospital Regional	0	0	0	18 UTIs adulto +12 UTIs pediá- tricas
Total	189	47	32	30
Total Geral	17 em funcionamento	47	79	109

Os leitos não começaram a funcionar ainda devido a problemas enfrentados pelos hospitais para adequarem espaço físico para o início das atividades.

Ponta Grossa tem 38 leitos em funcionamento.

A região dos Campos Gerais tem 47, somando os de Ponta Grossa mais os 9 de Castro.

Com os novos 32 leitos que estão sendo implantados, a região contará com 79 leitos de UTIs.

No final de 2008, data prevista para o Hospital Regional estar em funcionamento, haverá mais 30 leitos incluindo 12 unidades pediátricas, as primeiras em 180 anos. O número de leitos de UTI subirá para 109.

Em 2002, eram 18 unidades, sendo que somente 17 funcionavam efetivamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

No Hospital Infantil João Vargas de Oliveira entram em funcionamento 12 UTIs pediátricas, este ano. A grande ação do Prefeito Pedro Wosgrau que tem sido um parceiro do Governo Requião, para poder promover a saúde pública na cidade de Ponta Grossa.

Quero aqui dizer aos Srs. Deputados. Porque na verdade quando se faz um pronunciamento, não com essa bobagem da questão da alimentação, da pousada, que é um tema que tudo bem, faz parte desse processo da discussão entre Oposição e Situação. Mas quando a gente trata com o bem vida, dignidade da pessoa humana tem que se tomar muito cuidado. Não para tratar esse tema de uma forma leviana.

Agradeço a compreensão da Mesa e dos Srs. e Sras. Deputadas. Mas esse é um tema muito sério. Desculpem-me ter revelado aqui informações confidenciais, mas era a única forma de esclarecer esse tema com relação ao relatório da Secretaria da Saúde.

SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do Senador Álvaro Dias a quem dá as boas vindas. Seja bem vindo Senador. Pela Ordem Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente essas informações que estão de posse do Líder do Governo, Deputado Romanelli essas informações foram adquiridas por mim aqui na Assembleia Legislativa. Fiz o pedido para que a Secretaria da Saúde passasse as informações do número de óbitos, pessoas que não foram atendidas. Queria fazer um convite ao Líder do Governo para ele estar hoje às 15h00 em Ponta Grossa aonde vai acontecer uma Audiência Pública sobre saúde.

Gostaria muito que o Líder do Governo repetisse esse mesmo discurso lá em Ponta Grossa, na frente das nove famílias que estarão presentes na Câmara Municipal. Se o Deputado Luiz Romanelli que esteve há 75 dias em Ponta Grossa prometendo como fiador, juntamente com o Secretário da Saúde a implantação de 38 novos leitos e UTIs e estabelecer um prazo de 60 dias, e até hoje

nenhum dos leitos prometidos foram instalados. Se ele foi há 75 dias atrás, poderá retornar hoje na Audiência Pública.

Para concluir, lamento muito o Governador Roberto Requião ter escolhido para seu Líder de Governo o Deputado Luiz Claudio Romanelli, porque se tivesse escolhido o gentleman Caíto Quintana, ou o Cheida, se tivesse escolhido gentleman aqui dentro da Assembleia Legislativa nós não estaríamos passando por momentos difíceis como estamos passando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos a palavra ao Líder da Oposição Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Quero inicialmente cumprimentar o Senador Álvaro Dias, do PSDB, que está visitando a nossa Casa. Seja bem-vindo!

Na verdade eu nem subiria à Tribuna, mas não tenho como me calar diante do que o Líder do Governo falou há instantes. Deputado Carli, V. Exa. poderia me auxiliar na leitura do que quer dizer requerimento? Por favor!

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB) (Aparte)

Vamos lá! Para ficar bem claro a todos e ao Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

“Requerimento: 1. Ato ou efeito de requerer. 2. petição redigida dentro das formalidades legais. 3. Explicação completa. 4. Pedir em juízo. 5. Impetrar ação por meio de requerimento. 5. Encaminhar de maneira clara, de maneira objetiva”. Coisa que não vem acontecendo dentro desta Casa de Leis!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado, Deputado Carli, pelo auxílio!

Deputado Romanelli, V. Exa. deseja que eu mande o dicionário para o Chefe da Casa Civil ou V. Exa. tem certeza que ele sabe o que significa requerimento?

Deputado Romanelli, sabe quem é o trapalhão da história? V. Exa. veio querendo chamar a atenção do Deputado Traiano, sabe quem é o trapalhão da história do cartão?

O Chefe da Casa Civil. E sabe por quê?

Por isso que pedi o auxílio do Deputado Carli, que lesse o significado de Requerimento. Nós formulamos - os Deputados de Oposição - em cima do cartão corporativo, antes de levantar dúvidas fizemos um requerimento ao Chefe da Casa Civil fazendo indagações para que ele explicasse para nós como funciona esse cartão corporativo. E é por isso que acho que ele não tem conhecimento e esse Aurélio vai servir para ele, vamos fazer um presente, porque ele não respondeu. Está aqui! Fizemos 5 indagações para que ele nos respondesse e esclarecesse.

Ele simplesmente disse aqui quando foi baixado o decreto, o que não nos interessa, porque não estamos questionando o cartão, mas estamos questionando as despesas que foram feitas com o cartão.

Uma outra questão, nós queremos saber no que foi gasto. Vejam como ele menospreza esta Casa, desrespeita esta Casa. Vou ler aqui e vejam o que ele respondeu. A resposta do cartão corporativo foi: “O cartão corporativo do estado do Paraná foi instituído no âmbito da administração pelo decreto tal”. Nós não pedimos isso! Não foi pedido isso. Aí, ele manda aqui a cópia dos decretos e as indagações não vieram. Deputado Romanelli, V. Exa. está vendo esta planilha?

Esta planilha aqui são dados do site do Governo, da gestão pública. V. Exa. está vendo este quadrinho aqui?

É uma pena que o Rangel não tenha vindo hoje com o seu notebook e talvez eu pudesse aqui servir V. Exa. para levar as instruções ao Chefe da Casa Civil. Esta janelinha aqui, quando você clica nela, ela abre e dá as explicações das despesas do cartão corporativo. Faço um desafio a V. Exa.: acesse e veja se têm explicações. Então, o que vem aqui e aí se torna absurdo: dia 03 - 120 mil para despesas através de cartão; dia 03 - 15 mil através de cartão; dia 03 - 120 mil através de cartão; dia 03, novamente - 80 mil através de cartão. Totalizando no dia 03: 335 mil através de cartão.

Queria dizer o seguinte: se o Governo fosse transparente na sua página da gestão pública não suscitaria dúvida. Se o seu Chefe da Casa Civil fosse também e tivesse o Aurélio ao seu lado, como V. Exa. está, certamente, ele teria respondido os questionamentos feitos pela Oposição e não teria sido levantado. Outra coisa: quem produz a página da gestão pública precisa saber, e eu disse aqui, reclamei várias vezes, não foi levado a sério, que o site do Governo, da gestão pública, dos gastos públicos é uma verdadeira enrolação; é uma verdadeira enganação. Por quê? Ora, nós sabemos que este meio de comunicação com a população é o mais fácil. Se o Governo não tem dificuldades de provar as suas despesas coloca aqui. Claro que você não vai colocar na mesma página, mas você coloca como complemento de informações.

Qualquer cidadão que fizer o acesso, que for acessar na gestão pública, vai encontrar essa barbaridade! Não tem aí as explicações. Por que não tem, Deputado Romanelli? Não é culpa nossa! É culpa de quem reproduz, quem faz a página, quem faz a prestação de contas. Então, há que se ter cuidado quando V. Exa., Deputado Romanelli, sobre àquela Tribuna, e diz que o Deputado tem que ser mais responsável quando vem à Tribuna porque senão ele suscita dúvidas. Quem suscita dúvidas é o Governo. Essa funcionária que não dormiu, tenho certeza que é por preocupação com o seu chefe, não por ela, porque ela é uma funcionária.

Deputado Romanelli, quero lhe contar mais um primor de gestão pública e de gastos públicos. É uma pena que o Rangel não trouxe o notebook dele, hoje.

Se V. Exa. acessar na página das Secretarias de Governo; se V. Exa. acessar o site do Governo e entrar em “Secretaria do Trabalho” e for buscar a quem foi pago de janeiro até hoje, sabe o que o senhor vai encontrar lá? Só despesas de aluguel. Pergunto a V. Exa.: a atividade da Secretaria de Trabalho é só despesas de aluguel? Não é! Ora, nós tivemos aqui um levantamento de uma questão, dentro da própria secretária, de pagamento de ONGs e deve ter funcionários na Secretaria de Trabalho.

Então, que site é esse? Que transparência é essa?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço. Queria dizer, Deputado Valdir Rossoni, que essa questão do site, da gestão do dinheiro público, é uma inovação, é um avanço tecnológico que garante transparência. Não tem Governo nenhum na República que tenha a transparência que tem o nosso Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não concordo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Gestão do dinheiro público, está lá, inclusive o pessoal, de madrugada, fica acessando. Sinceramente. A questão do cartão corporativo, já expliquei, vou repetir. Tem uma conta corrente: Paraná, Casa Civil.

O SR. VALDIR ROSSONI (PDSB)

Não é na Casa Civil. Na Governadoria.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Ouçá, Exa. Casa Civil e Casa Militar. Os gastos, o cartão corporativo funciona como um cartão de crédito.

O SR. VALDIR ROSSONI (PDSB)

Esta explicação eu não quero.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. não consegue compreender que esta despesa da forma como está lançada, ou não quer ouvir o que estou falando.

O SR. VALDIR ROSSONI (PDSB)

Não quero! Obrigado pelo seu aparte, agradeço.

Sr. Presidente me assegure a palavra, por favor.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. quer continuar com a ignorância. Com relação ao tema como lei, isso que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Rossoni tem a palavra, pode concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PDSB)

Olha, é preferível ser ignorante do que gastar o dinheiro público da forma que vocês gastam.

Sr. Presidente, vou concluir até porque vamos a semana que vem continuar com esta festa.

Sr. Presidente, o Deputado Romanelli quer me explicar o que é cartão corporativo. Não quero saber. Eu sei o que é isso. Até se tivesse dificuldades eu iria no Aurélio, está ali.

O Deputado Romanelli está como o Botto. Como cachorro corre atrás do rabo. Rodeia no mesmo lugar. O que o Botto fez aqui ontem? O seu linguajar tranqüilo, sossegado, rodeou, rodeou e não alcançou o rabo. Porquê? Porque não queria explicar. Agora, o Deputado Romanelli vem querer dar aula de cartão corporativo? Não estamos questionando o cartão corporativo. Estamos questionando porque no site do Governo, que é transparente, não estão aqui aonde foram gastos esses recursos. É este o questionamento.

Deputado Romanelli, não faça como o Dr. Sergio Botto, como cachorro, corre atrás do rabo e nunca alcança. Nunca explica.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O cachorro é o amigo mais leal do homem, Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PDSB)

É verdade. E ele provou a lealdade ontem. Se o Sr. Sérgio Botto quisesse explicar ontem, não precisávamos fazer perguntas. Porque ninguém tem mais conhecimento das falcaturas dentro da SANEPAR, do que o Dr. Sérgio Botto. Era só ele dizer: Nós começamos com 69, aí houve um aditivo, aqui houve um reequilíbrio, aqui houve não sei o que, entre aspas, uma atitude do PHX, aqui foi uma atitude minha, mas o PHX não concordou porque não chegamos num acordo. Teria explicado tudo. Falou duas horas e me desculpem aqui a comparação num acordo. Teria explicado tudo. Falou duas horas e me desculpem aqui a comparação, correndo atrás rodeando no mesmo lugar e não querendo mostrar e mordendo o rabo. Esta é a grande verdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se à Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 218/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo à Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a criação de cargos para atender

a creche da Universidade Estadual de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 221/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, a instalação da Companhia Independente da Polícia Militar do Estado do Paraná na cidade de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 222/07, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a implantação de um Programa Estadual de Fruticultura. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 223/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, o planejamento de atendimento de alta complexidade na área de abrangência da 15ª. Regional de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Reni Pereira, para representar esta Casa de Leis, no evento 35ª Missão Econômica do Paraná ao Japão, a ser realizada no período compreendido entre os dias 25 de outubro e 07 de novembro de 2007, nas cidades de Tóquio e Takarakura. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Stephanes Júnior, para representar esta Casa de Leis, no dia 17 de julho do corrente ano, em viagem à Brasília, em reunião com o Ministro da Agricultura e vice-Prefeito de Rio Branco do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Durval Amaral, para representar esta Casa de Leis, na composição da comitiva do Sr. Governador em viagem à cidade de Nova Iorque, a ser realizada no período compreendido entre os dias 26 de julho e 01 de agosto de 2007. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria, do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria, do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria, do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria, do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria, da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria, do Sr. Deputado Luiz Malucelli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria, do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2079, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência em Plenário no dia 11 do mês de julho, por motivo de saúde para o Sr. Deputado Ney Leprevost. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2087, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, comunicando que esteve ausente das Sessões Plenárias desta Casa de Leis, nos dias 02 a 05 de julho, por estar em repouso por determinação médica. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 2086, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, comunicando sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, sendo que não está filiado a nenhum Partido Político. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2089, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Srs. Deputados Jocelito Canto, Luiz Malucelli, Tadeu Veneri e demais Srs. Deputados, constante do expediente solicitando a Constituição de Comissão Geral de Plenário para apreciação dos Projetos de Lei nºs 243/07, 244/07, 455/07, 467/07, 478/07, 479/07, 494/07, 460/07, para a próxima segunda-feira, dia 16. **Recebido; protocolo-se; conforme artigo 107, parágrafo 3º do Regimento Interno, decorrido o prazo de 24h, incluir para deliberação em Plenário. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para providências.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Presidente, este requerimento foi apresentando hoje?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Hoje.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Então, ele só será votado na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está sendo recebido e protocolado. Será votado na Sessão de segunda-feira.

Requerimento nº 2091, de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi e demais Srs. Deputados constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária de segunda-

feira, dia 16 de julho, em Comissão Geral de Plenário para apreciação do Projeto de Resolução nº 018/07. **Recebido; protocolo-se; conforme artigo 107, parágrafo 3º do Regimento Interno, decorrido o prazo de 24h, incluir para deliberação em Plenário. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para providências.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 422/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública a Associação Cultural de Música e Arte de Ponta Grossa, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/07, de 11/06/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 445/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Instituto Santa Luzia, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre a urbanização de microbacias nos perímetros urbanos do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CEMA.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA.. APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/07, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do kit vida em estabelecimentos e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CSP. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CSP. APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/07, que dispõe

sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2008. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2090, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 1 (uma) Sessão do Projeto de Lei nº 263/07.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Alfons Gardemann. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a criação do Dia do Rio Ivaí, a ser comemorado no dia 21 de abril. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que fica instituído o ano de 2008 como o ano do intercâmbio Brasil/Japão. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CMAI. Aprovado. (Publ. no DA nº 014/07, de 20/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 146/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo instituir o ano de 2008 como Ano de Intercâmbio Brasil/Japão, incluso no calendário de datas do Paraná.

Fundamentação

Quanto à iniciativa legislativa, não há nenhum óbice de caráter constitucional, visto que não há vedação legal e nem a iniciativa é privativa do Governador do Estado, disposto no artigo 66 da Constituição Estadual.

Além disso, o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal determina:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas.

A Constituição Federal determina ainda em seu artigo 215, parágrafo 2º:

Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Conforme podemos constatar não é vedado e sim autorizado pela Constituição Federal em seu artigo 215, parágrafo 2º, a instituição de datas comemorativas de um determinado movimento.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, em sede de análise, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEY LEPREVOST - Relator

COMISSÃO DO MERCOSUL E
ASSUNTOS INTERNACIONAIS
PROJETO DE LEI Nº 146/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori tem por objetivo instituir o ano de 2008 como o ano do intercâmbio Brasil/Japão.

A matéria é meritória e de interesse da comunidade devido a grande concentração de descendentes japoneses no Estado do Paraná. Trata-se de um intercâmbio entre brasileiros e japoneses nas áreas da cultura, esporte, artes, educação, comércio e indústria.

O ano de 2008 representa a data da comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Chamada esta Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.07.

(aa) RIBAS CARLI FILHO - Presidente

PLAUTO MIRÓ - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza a doação de imóvel ao município de Maringá. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 057/07, de 30/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 401/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, autoriza a doação de imóvel ao município de Maringá.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual, nos seus artigos 65 e 10:

“Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos em caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 401/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a doação do imóvel ao município nas hipóteses que especifica.

Aos 5 de junho do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta Comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Colorado, área de terras do DEOE, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 442/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva autorizar a doação, pelo Poder Executivo Estadual, de uma área de terras ao município de Colorado, que será utilizada para a construção de um Centro de Uso Múltiplo, que abrigará departamentos de atendimento à população.

Fundamentação

Acerca da doação de propriedades da administração pública, preceitua a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

O projeto está, portanto, em plena consonância com a supracitada disposição constitucional, visto que a doação da área de terras será destinada ao município de Colorado, pessoa jurídica de direito público interno, que o utilizará para disponibilizar serviços aos cidadãos.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Resta, destarte, aferida a legitimidade do Poder Legislativo Estadual para legislar acerca da matéria em exame.

Por derradeiro, quanto à técnica legislativa utilizada, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, tendo em vista o acima exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 08.07.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 442/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a doação do imóvel ao município nas hipóteses que especifica.

Aos 3 de julho do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de junho de 2007. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de junho de 2007, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.07.07.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Plauto Miró, Francisco Bühner, Edson Strapasson e Dobrandino da Silva.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 056/07

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de junho de 2007, regulamentados pela Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as

referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o parecer favorável.

Assim sendo, entende este Relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 09.07.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2019, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: este requerimento do Deputado Jocelito, encaminho no seguinte aspecto: são 4 laudas de requerimento, ele transcreve trechos da vinda do Secretário Heron Arzua ao plenário desta Casa, para cumprir o disposto na Lei de Responsabilidade da Gestão Fiscal do nosso País, a Lei Complementar nº 101. E, na verdade, ele faz aqui indagações, inclusive, ele tem um requerimento que é dirigido ao próprio Heron Arzua, para esclarecer afirmações que o Secretário Heron Arzua, supostamente, teria feito aqui nesta Casa e também faz com o mesmo teor ao Tribunal de Contas.

Olha, eu penso, Sr. Presidente, com o devidorespeito que merece o Deputado Jocelito, que era melhor que ele pudesse ter enumerado as questões de forma objetiva para ter as respostas, porque, olha, me pareceu aqui que, mais ou menos, é como se fosse no direito de um Juiz prolatar uma sentença e você fazer os embargos, declaração para ele esclarecer o que foi dito. Então, penso que o requerimento de pedido de informações tem que ser sobre informações e não sobre as falas de alguém que, em uma Audiência Pública, fez um conjunto de afirmações em que houve questionamento.

Sr. Presidente, se ele ler todas as notas taquigráficas, obviamente vai ver que as respostas estão aí, quer dizer, tem o CD com todas as gravações feitas da vinda do Secretário a esta Casa. Então, sinceramente, eu não vou encaminhar contra, Deputado Jocelito, mas acho que era muito mais produtivo se V. Exa. listasse aquilo que quer saber, é muito melhor, porque da forma como está, não está explicado. Depois não vem a resposta, Sr. Presidente, aqui, desculpe-me, mais estes requerimentos de pedidos de informações vão entrar na antologia da política, porque são de uma subjetividade absoluta.

Então a Mesa recebe esses requerimentos, a nossa assessoria técnica, infelizmente, não analisa, mas olha, sinceramente, eu acho que eles estão tão genéricos e, ao mesmo tempo tão subjetivos, que resposta alguma vai satisfazer aqui os requerimentos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente vou ler o requerimento, porque acho que é a melhor maneira de os Srs. Deputados entenderem o meu encaminhamento. Vou ler o requerimento e, de acordo com aquilo que eu me propus, quero dizer a V. Exa., Deputado Romanelli, que as perguntas feitas aqui são baseadas no que disse o Secretário nesta Casa e foram feitas por técnicos que, em cima de tudo que foi falado aqui, querem saber o seguinte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Queria solicitar ao Deputado Jocelito Canto, que por gentileza, acho desnecessário que V. Exa. leia todo o requerimento, mas que fizesse um resumo das perguntas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas eu achava importante...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. fez um requerimento de 4 laudas...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sim, Sr. Presidente, mas acho importante eu ler para os outros Deputados saberem o que eu estou...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro, mas V. Exa. não precisa...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu leio em 10 minutos...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quais são as perguntas?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Tenho 10 minutos para encaminhar. Eu não vou falar, vou ler o requerimento.

Queria chamar atenção dos Srs. Deputados. Vou ler o requerimento, eu não vou fazer encaminhamento, vou ler o requerimento e os Srs. Deputados analisem o que eu vou ler.

Atenção, Srs. Deputados, baseado no que disse o Secretário Heron Arzua nesta Casa e o que disse o Secretário, o auxiliar, Dr. Nestor Bueno.

(**Lê:**)

“1) Disse o Sr. Secretário que somente veio saber da inclusão como ativo disponível dos valores ainda não recebidos do Tesouro Nacional, quando da manifestação do Deputado Reni Pereira. Disse ainda que o Sr. Governador não sabe o que acontece. Pergunta-se:

- O Secretário da Fazenda assina o balanço do Estado? Não achou estranho tanto dinheiro em caixa quando os extratos das contas bancárias não demonstravam isso?

- O Governador não questionou o valor expressivo do superávit? Não foram prestadas informações?

- Não há qualquer controle dos dirigentes do Estado sobre os atos praticados pelos técnicos?

2) O Sr. Secretário disse ainda que não interfere no trabalho realizado pela equipe técnica da Secretaria. Quando os técnicos gozam de total autonomia quanto à execução do balanço do estado. Pergunta-se:

- Os técnicos elaboraram um demonstrativo contábil que seria apresentado como peça representativa da transparência das finanças do estado, incluindo valores ainda não recebidos sem ordem de ninguém? Por que motivo fariam isso?

- Todos os lançamentos contábeis, como se sabe, resultam de documentos específicos, sejam estes contratos, sentenças judiciais, extratos bancários, etc. De que documento dispunham os técnicos para efetuar o lançamento do crédito ainda não recebido como ativo disponível (dinheiro)? Quem enviou tal documentação? Houve consulta a algum órgão do estado - Procuradoria Geral ou ao Tribunal de Contas sobre a possibilidade de efetuar tal lançamento?

3) O Sr. Secretário insistiu por diversas vezes que a prestação de contas publicada em janeiro, bem como os demonstrativos apresentados em março na Assembléia não são o balanço do estado, mas sim uma ficha de caixa. Afirmou ainda que não é possível desfazer os lançamentos contábeis ante a dificuldade de manuseio do sistema SIAFE. Pergunta-se:

- Se houve alteração na publicação feita relativa a prestação de contas do último quadrimestre de 2006, esta alteração não se refletiu nos demonstrativos contábeis do estado? Trata-se de apenas um relatório publicado que em nada reflete a realidade do orçamento?

- Efetivamente, na contabilidade do estado, houve ou não o estorno dos valores ainda não recebidos da disponibilidade de caixa em dezembro de 2006?

- O estado entende que os demonstrativos ou a ficha de caixa podem ser diversos da realidade contábil do estado?

4) O Sr. Secretário afirmou que mesmo que não tivessem sido computados como ativo disponível os valores ainda não percebidos, que se estivessem inscritas todas as dívidas do estado ainda assim, haveria disponibilidade financeira, todavia menor. Pergunta-se:

- Existem outras dívidas que não constam do Orçamento do estado?

- Todos os contratos são empenhados de forma global?

-Todas as despesas liquidadas, ou seja, aquelas onde se certificou a execução da obra ou do serviço, referentes aos exercícios 2002 - 2006 foram pagas? Não existem qualquer pendência relativa a contratos, convênios, ações judiciais ou operações de crédito deste período?

5) O Sr. Secretário afirmou que existem diversas questões relativas a interpretação e aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal que ainda causam polêmicas entre a Secretaria da Fazenda e a PGE. Entre elas temos a questão das despesas com pessoal. Informa que a PGE

entende que não podem ser computados como gasto de pessoal as despesas com pensionistas, e que o TCE e o MP entendem possível sejam agregados os gastos com pensionistas às despesas com pessoal. Pergunta-se:

- Que orientação segue a Secretaria da Fazenda na apresentação dos demonstrativos?

- Qual é o valor dos gastos com os pensionistas?

- No caso de não se agregarem os gastos com pensionistas aos gastos com pessoal como ficarão os limites de despesa de pessoal?

6) O Secretário afirmou que no ano passado criou-se o Certificado de Disponibilidade Financeira. Pergunta-se:

- Não sabia a Secretaria da Fazenda que esta é uma exigência da LRF e consta do artigo 16 da referida lei, ou seja, a certificação pelo ordenador da despesa de que esta é compatível com o orçamento e que existe disponibilidade de caixa para sua realização?

- Isso significa dizer que, desde o ano de 2000 até o ano de 2006 as despesas eram executadas sem que o ordenador de despesa certificasse no processo de criação da despesa a efetiva compatibilidade desta com o orçamento e a existência de disponibilidade financeira?

7) O Secretário afirmou que tem total confiança nos técnicos do Estado, contudo reconheceu que houve falhas no demonstrativos efetuado em dezembro de 2006, e volta a reconhecer que o demonstrativo da presente Audiência Pública possui percentuais e valores que não reproduzem a realidade. Alega que o erro é do computador e que não é possível saber ao certo como funciona a demonstração da situação financeira do estado. Pergunta-se:

- Considerando que o computador não é um servidor público, e que, a princípio deve existir alguém responsável pela verificação da regularidade dos lançamentos e da veracidade dos demonstrativos, quem deveria ter executado a verificação da regularidade dos lançamentos de dezembro de 2006 e do presente demonstrativo e que deixou de fazê-lo?

8) O Sr. Secretário afirmou que a dívida para com a ParanaPrevidência resulta de falta de repasse de valores devidos pelo estado nos anos de 2000 até 2002, e que foi negociado como o órgão um parcelamento, cujo pagamento se fará a partir de 2007 e para os próximos 27 anos. Pergunta-se:

- Se as finanças do estado sempre estiveram em boa situação, como faziam crer todas as Audiências Públicas onde o resultado era alardeado como superávit nas contas (arrecadou mais do que pagou), porque motivo o estado deixou de repassar os valores para a Previdência?

- Se a dívida era exigível (o estado deixou de recolher e, portanto, tais empenhos deveriam estar em aberto, aguardando liquidação), por que transformá-la em dívida fundada? Apenas para não figurar como restos a pagar, que, por certo não teriam disponibilidade de caixa, implicando em irregularidade da gestão financeira, com penalidades ao Governador?

- A operação realizada (ao que me parece uma novação ou um empréstimo da ParanaPrevidência) não se caracteriza como operação de crédito? Não estaria vedada nos últimos oito meses de mandato? (artigo 35 da LRF)

- Qual o valor da correção e dos juros relativos às parcelas devidas? Quem aprovou a negociação efetuada com a ParanaPrevidência? Qual o valor de cada parcela? Não se está repetindo para as próximas gestões (27 anos) a nefasta prática tão alardeada pelo Governador relativa aos valores pagos pelas dívidas do BANESTADO?

9) O Sr. Secretário afirmou que os valores devidos à ParanaPrevidência que antes se encontravam como passivo exigível financeiro, hoje foram transferidos para o passivo permanente ou dívida fundada e que tal circunstância implica em prejuízo ao estado, vez que diminui sua capacidade de endividamento, pois o percentual da receita comprometido com as dívidas aumenta substancialmente. Afirmou ainda que existem valores inscritos como dívida a curto prazo (débito dos Poderes Legislativo e Judiciário) que não foram inscritos como dívida fundada, para não comprometer ainda mais a capacidade de endividamento do estado. Pergunta-se:

- Onde foram aplicados os valores que deveriam ter sido revertidos ao Fundo?

- Os valores devidos pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo não foram entregues à ParanaPrevidência, por que estes órgãos também não tinham disponibilidade financeira, ou por que, tendo disponibilidade, o Poder Executivo do Estado deixou de repassar tais valores?

- Considerando que o estado não pretende liquidar a curto prazo os débitos do Legislativo e do Judiciário com a ParanaPrevidência e que pretende manter o pagamento nos termos negociados (27 anos), entende que pode deixar de inscrever tais dívidas como passivo permanente? Não se trata de uma regra contábil prevista na Lei nº 4320/64, sem possibilidade de exercício discricionário do administrador? Não se trata de alterar a situação financeira do estado propositadamente, possibilitando a tomada de empréstimo sem que o estado possua efetivamente capacidade de endividamento nos termos da lei?

10) O Sr. Secretário informa que todos os problemas das finanças públicas do estado resultam da operação feita pelo Governo Lerner que adquiriu títulos nulos do Banco BANESTADO, no valor de 400 milhões. Informa ainda que em março de 2003 sabia de existência de erros e equívocos nas contas do estado, mas que não as levantou para não prejudicar o estado, e que aconselhou o Governador a também não levantar as responsabilidades pelas falhas financeiras. Pergunta-se:

- Os citados 400 milhões também figuravam no orçamento como ativo disponível?

- Em caso afirmativo ainda permanecem assim, mesmo sabendo da impossibilidade de sua conversão em dinheiro?

- O Governo atualmente ainda conta com estes valores para certificar a disponibilidade financeira para a assunção de despesas do estado?

- Foi porque não podia contar com os 400 milhões que o estado deixou de repassar à ParanaPrevidência os valores devidos, utilizando estes valores para suprir aqueles que sabia inexistentes?

11) O Sr. Secretário afirmou que ele mesmo deixou de alardear as irregularidades da Gestão Lerner. Que ele e seus técnicos aconselharam o Governador a deixar de fazê-lo, que, vindo à Assembléia não informou as dificuldades. Em tom de quase ameaça disse que se a Assembléia levantar tais situações demonstrará ao país que a situação financeira do estado não é a que se alardeia, com graves prejuízos? Questiona-se:

- O Secretário da Fazenda entende que os princípios da transparência e a publicidade na gestão das finanças públicas não são pertinentes?

- Que em prol de uma propaganda de boa situação financeira, justifica-se acobertar práticas tidas possivelmente como crimes contra as finanças públicas?

- O ato de deixar de denunciar, manter o orçamento com números inexistentes não implica em ser cúmplice dos atos irregulares praticados?

Peço que os Srs. Deputados que aprovem o meu requerimento, porque esse requerimento quer só saber, por favor é muito grave o que vamos aprovar aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas para poder encaminhar, em função do pronunciamento do Deputado Jocelito. Quero pedir a rejeição desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento.

Em votação o requerimento do Deputado Jocelito Canto. **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 2020, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Primeiro me decepção com a Bancada do Governo. Um Governo que não deve não teme. Um Governo que durante toda a campanha falou em transparência, jamais poderia deixar de aprovar um requerimento que é, na verdade, uma responsabilidade desta Casa.

Sr. Presidente, sei que as coisas, muitas vezes, não podem ser justas como deveriam ser, mas a história como acabei demonstrar hoje no meu pronunciamento mostra que no passado algumas pessoas tinham uma conduta e hoje têm outra. Registro nos Anais desta Casa, na data de hoje, esse requerimento. Um requerimento em que eu apenas fui buscar nas palavras do Secretário Heron Arzua e de seu auxiliar, para mostrar que o estado do Paraná não cumpriu a Lei de Responsabilidade. E é triste, Srs. Deputados, que a Bancada do Governo, que não aprovemos um requerimento para buscar as informações.

Não estamos cumprindo aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O senhor está encaminhando qual requerimento?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O requerimento que é igual, do mesmo teor, e que agora eu solicito que seja encaminhado ao Tribunal de Contas. Esse mesmo requerimento eu faço ao Tribunal de Contas, porque quero saber por que é que o Tribunal deu parecer favorável às contas do ex-Governador Jaime Lerner e que esta Casa aprovou, com um furo de 400 milhões. Isso é muito grave, Srs. Deputados. Nós vamos acobertar isso? Vamos acobertar o que o Tribunal de Contas acobertou? O Tribunal de Contas acobertou isso, por quê? Não sei.

O Paraná está cheio de Renan Calheiros senhores, e alguém precisa investigar isso. O TC do Paraná, que massacra os Prefeitos, que judia dos Prefeitos do interior, aprovou as contas do Governador Jaime Lerner, com furo em caixa, descumpriu a lei.

Eu pergunto a esta Casa: qual é a penalidade para esses Conselheiros? Nenhuma? Nenhuma penalidade? Vamos continuar brincando de ter um Tribunal de Contas de brincadeira, ou que se sujeita a aplicar só aquilo que lhe interessa? Senhores, nós estamos falando de um furo, dito nesta Casa pelo Secretário de Finanças. Aqui está a revista publicada pelo jornalista Fábio Campana, em entrevista concedida na televisão, na TV Bandeirantes, em que o Secretário diz: "Em 2003 nós assumimos o Governo Estadual com 410 milhões a menos no caixa, que foram gastos na administração anterior". "O Governo Lerner transgrediu a Lei de Responsabilidade Fiscal, sim," diz o Secretário, "mas merece um desconto". Senhores, que desconto é esse? "Merece um desconto". "Era a primeira vez em que ocorria a transmissão entre Governo sobre o controle da LRF.

Ninguém tinha a experiência necessária. Em março de 2003, lá fui à Assembléia Legislativa defender a prestação de contas do Governo Lerner, pois era o Secretário da Fazenda, embora não tivesse responsabilidade direta sobre aqueles números. Para contornar o problema, cancelamos pagamentos da ordem de 140 milhões. Pagamos 270 milhões referentes ao orçamento de 2002, pois se tratava de compra de remédios, de gastos com educação e

saúde. As prioridades foram dadas pelo Governador”. Ele vai mais longe e diz que o Governador não sabia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputado Reni Pereira, V. Exa. podia me ajudar, V. Exa sabe do que eu estou falando. Srs. Prefeitos, Deputado Dobrandino que já foi Prefeito, quero pedir: o Tribunal precisa explicar a esta Casa como fez isso, ou eles são mágicos? Precisam explicar como é que eles aprovaram as contas, como deram parecer prévio das contas do Governo Jaime Lerner? Diz o Secretário que de lá para cá vem trazendo problemas ao Paraná.

Então, Srs. Deputados, peço aos companheiros, acabei de ler, vai ficar nos Anais da Casa. Eu, quando subi naquele dia ali, tomei posse, prometi que ia fazer cumprir a legislação e cumprir a lei neste estado.

Não vou me calar nessa situação do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas deu parecer para a aprovação das contas neste Governo, com o atual Secretário dizendo que não tinha o que fazer, que tinha que pagar as contas.

Mas, agora eu pergunto aos senhores: que 2 pesos e duas medidas são essas que Tribunal de Contas têm?

Agora o Tribunal de Contas acabou de dizer que vai negar as contas do Ministério Público, que não vai aprovar, porque não cumpriu a Lei de Responsabilidade do Ministério Público vai reprovar as contas, disse o Presidente.

Por outro lado, o Ministério Público está impugnando alguns nomes do Tribunal de Contas.

Sr. Presidente, o Paraná está cheio de Renan Calheiros, senhores da imprensa, senhores, alguém tem que levantar a voz neste estado, porque quando morre uma pessoa nós levantamos, agora quando o Governo assume o erro e acoberta o erro, ele também está errado.

Por isso, peço que aprovem o meu requerimento. Mas se não aprovar, eu fiz a lição de casa, cumpri com a minha palavra, protocolei e está nos Anais desta Casa, que o tempo haverá de mostrar o que eu fiz. Agora, se não aprovarmos este requerimento, vamos exatamente estar incorrendo naquilo que muita gente fala de nós lá fora.

Por isso, Sr. Presidente, acho que vou perder esse requerimento também, mas deixo o meu manifesto que foi feito por técnicos. E tudo isso que estou colocando aí, Sr. Presidente, é baseado no pronunciamento do Secretário da Fazenda do Estado do Paraná.

Peço o apoio aos companheiros para que possamos cumprir a nossa função principal, que é de fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão.

Pela ordem, Deputado Artagão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Quero aproveitar, num encaminhamento vou fazer, pedir que a nossa Casa tome um pouco de cuidado com o

que se fala e da forma como se coloca.

Nós conhecemos o Tribunal de Contas, o corpo técnico qualificado que lá existe. Evidentemente que nenhum órgão é perfeito. Mas, estamos entrando numa seara perigosa. O Tribunal de Contas emite um parecer prévio técnico. A aprovação é feita por esta Casa. Houve o tempo apropriado e adequado para que fossem feitas as colocações, os questionamentos que deveriam ser colocados. Evidentemente que polêmicas e fatos novos podem surgir, mas se houver fundamentação, vamos atrás e vamos investigar. Mas, se não houver, vamos tomar um pouco de cuidado, porque senão parece que nada mais funciona, nada mais tem qualidade, ninguém mais tem confiança de ninguém. E não é esse o caminho para o nosso Paraná, para a nossa Assembléia Legislativa, tampouco para o nosso Tribunal de Contas, que é reconhecido nacionalmente e internacionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, por óbvio encaminhar pela rejeição desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação. Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Está rejeitado o requerimento.

Seis Deputados votaram favoráveis ao requerimento.

Requerimento nº 2072, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2071 e 2073, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2074 e 2082, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2064, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2059, 2061 e 2062, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2048, de autoria do Sr. Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2053 a 2055, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2058, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2060, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2063, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2070, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2069, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2076, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2056 e 2057, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2065 a 2068, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2078, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/07.

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/07.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 243, 244, 324, 421, 436, 454, 460, 467, 478, 479, 494/07; e do Projeto de Lei Complementar nº 310/07

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atos de Comissões

Orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de julho do ano de 2007, reuniu-se na sala de reunião das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Orçamento, sob a presidência da Sra. Deputada Beti Pavin, com as presenças dos Srs. Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Duílio Genari e Ademar Traiano membros da comissão. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 236/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/07. Abrindo o seu parecer o Deputado Nereu Moura fez um amplo relato dos trabalhos da comissão, e que foram apresentados 30 emendas ao projeto, sendo que 13 foram acolhidas. Antes da votação de seu parecer o Deputado Nereu Moura, agradeceu a secretária e técnica de Comissão de Orçamento pelo empenho com que elaborou os trabalhos da mesma. A presidente colocou, então, em votação o parecer do Deputado Nereu Moura, os membros da Comissão deram paracer FAVORÁVEL - APROVADO na forma de substitutivo geral. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BETI PAVIN - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 5ª Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 056/07. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião, passando a palavra ao Sr. Deputado Douglas Fabrício, Relator da Proposição nº 056/07, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/04,

referente ao mês de junho de 2007. Analisada a matéria, conclui o Sr. Relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, e, atendem a legislação em vigor, deliberando pelo parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado em sua decisão por todos Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados, e, por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

CEI dos Investimentos em Publicidade e Propaganda

COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO DOS
INVESTIMENTOS EM
PUBLICIDADE E PROPAGANDA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e sete,

na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Dobrandino da Silva e Elton Welter para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Dobrandino da Silva agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares e indicou o nome do Deputado Reni Pereira para responder pela relatoria da CEI. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior -
Diretor Legislativo

